

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES DA PRAIA
Setor de Doc. e História Regional
CAMPINA GRANDE - PB.

- 02 -

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

M O N O G R A F I A

ESTRUTURA FUNDIÁRIA E CONDIÇÕES DE VIDA NO CAMPO:
UM ESTUDO DE CASO: SERRA BRANCA - PARAÍBA - (1970/1989)

JOSÉ ERINALDO DE SOUZA

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

MARÇO/1990



Biblioteca Setorial do CDSA. Janeiro de 2023.

Sumé - PB

OSÉ ERINALDO DE SOUSA

ESTRUTURA FUNDIÁRIA E CONDIÇÕES DE VIDA NO CAMPO: Um Estudo de
Caso: Serra Branca - Paraíba: 1970-1989.

MONOGRAFIA SUBMETIDA A APRECIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

EM: _____ / _____ / _____

IOLANDA CASAGRANDE (Orientadora)

RENÉ L. DE CARVALHO (Comp. da Banca)

IVONY LIDIA MONTEIRO (Comp. da Banca)

Campina Grande - Paraíba

Março/1990

A G R A D E C I M E N T O S

Com a máxima sinceridade, cumpre-nos a obrigação de externar aqui nossos agradecimentos a todos aqueles que de maneira consciente ou inconscientemente contribuíram para que fosse possível a realização deste estudo.

Aos trabalhadores rurais do município de Serra Branca, devo agradecer pela aceitação, boa vontade e cooperação, auxiliando-me com suas idéias, seus problemas e experiências de vida.

A Paulo Giovani, agradeço pela atenção sempre dispensada, bem como pela sugestão que deu para que o estudo fosse realizado no município de Serra Branca.

Ao amigo e companheiro Luís José Mamede (Zizo), pela valiosa contribuição e boa vontade com que se prestou durante todo o tempo da elaboração desse estudo, sobretudo o esforço dispendido no árduo trabalho da pesquisa de campo.

Na cansativa tarefa de tabulação dos dados da pesquisa de campo indispensáveis foram as contribuições de Maria Eliene, e Elianeide Lúcia, que pacientemente prestavam seus auxílios.

Gratificantes foram as contribuições de Sonaly Amorim e Luciene Cantalice, ainda na primeira etapa desse estudo (projeto). Agradeço também o apoio moral de Deluzia Barros e Ivani Costa.

Importantes foram as discussões com o professor Paulo Nakatani, ainda na fase de projeto deste trabalho.

Expressamos nossos agradecimentos aos professores que compuseram a banca examinadora: A Iolanda Casagrande pela orientação na redação final desse trabalho, bem como nas sugestões concernente a estrutura formal do trabalho. Ao Professor René de Carvalho pelas sugestões oferecidas quanto a elaboração do questionário. A Ivony L. Saraiva pela boa vontade com que sempre se dispôs, auxiliando-nos com suas significativas sugestões.

A

Ana e

Manuel, meus pais.

" (...)

Me pediram p'ra deixar de lado

Toda a tristeza.

P'ra só trazer alegrias,

e não falar de pobreza.

E mais: prometeram que se eu cantasse feliz;

agradava com certeza.

Eu que não posso enganar,

misturo tudo que vi.

Canto sem competidor,

do lugar onde nasci.

Faço versos com clareza

a rima, belo e tristeza.

Não separo dor de amor.

Deixo claro que a firmeza do meu canto,

vem da certeza que tenho,

de que o poder que cresce sobre a pobreza,

e faz dos fracos riqueza

foi que me fez cantador.

(...)"

(Música de Geraldo Vandré; de Sua Introdução
e Terra Plana)

S U M Á R I O

	PÁGINA
INTRODUÇÃO.....	06
CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO DO TEMA.....	10
1.1 - Colocação da Problemática.....	10
1.2 - Metodologia de Estudo.....	17
CAPÍTULO 2	
2 - CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO EM ESTUDO.....	23
2.1 - O Semi-Árido Nordeste.....	23
2.2 - Aspectos Geográficos e Econômicos-Sociais do Cariri Paraibano.....	24
2.3 - O Caso em Estudo: Serra Branca.....	28
CAPÍTULO 3 - A QUESTÃO FUNDIÁRIA: POSSE E USO DA TER- RA.....	
3.1 - Alguns Aspectos da Estrutura Agrá- ria Nacional.....	31
3.2 - Características da Estrutura Agrá- ria no Semi-Árido Nordeste.....	33
3.3 - A Estrutura Fundiária: A Pesquisa.	36
3.4 - A Política de Reflorestamento e o Poder Político: No caso em Estudo.	47
CAPÍTULO 4 - CONDIÇÕES SOCIAIS DE VIDA.....	
4.1 - Algumas Reflexões Teóricas Acerca da Pobreza no Nordeste.....	51
4.2 - Análise dos Dados: Condições de Vi- da em Termos Reais.....	54

CONCLUSÃO.....	67
BIBLIOGRAFIA.....	72
A N E X O S	

INTRODUÇÃO

Em decorrência das exigências formais implementadas a partir da reformulação curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas a sua conclusão ficou condicionada à elaboração de um trabalho a nível de monografia.

Como sabemos, é notável a existência de uma ampla bibliografia sobre relações de produção e trabalho no campo, pequena produção, enfim abordagens que procuram evidenciar a problemática agrária, no sentido de entender o relacionamento entre os homens, observando o comportamento de uns sobre os outros no exercício de suas atividades econômicas. Com efeito, tem-se colocado a expansão do capitalismo na agricultura brasileira como elemento que vem promover alterações significativas nas relações de produção e trabalho.

Com o propósito de contribuir de alguma maneira para o estudo da realidade do agricultor brasileiro, este estudo busca tentar compreender, ou encontrar elementos capazes de explicar, a situação de pobreza do trabalhador rural⁽¹⁾ dentro de uma particularidade local.

O estudo está centrado no município paraibano de Serra Branca, região onde as oligarquias rurais são bastante influentes no que se refere as decisões políticas tomadas em relação ao referido município, além de ser uma área que representa o semi-árido por excelência.

(1) O Trabalhador rural aqui considerado inclui os pequenos proprietários, parceiros, trabalhador sem terra e/ou moradores.

Quanto ao período de análise considerado, este compreende o início dos anos 70 aos fins da década de 80, por representar um período de transição marcada por diversos acontecimentos ocorridos no contexto econômico e político-social do País com reflexo sobre a região questionada.

A análise que segue consta de quatro capítulos relacionados ao nosso objetivo de estudo qual seja, analisar as condições de vida do pequeno produtor rural, dentro da perspectiva de uma estrutura agrária acentuadamente concentrada.

No Capítulo 1, encontra-se a fundamentação do tema, onde através da colocação da problemática buscamos colocar a questão agrária a um nível mais amplo e de maneira gradativa procuramos descer para nossa área de estudo, enfocando os questionamentos que permeiam esse estudo, bem como os aspectos metodológicos.

No Capítulo 2, procura-se levantar as características naturais do semi-árido nordestino e de maneira particular, situamos o Cariri Paraibano e em especial o município em estudo. Ao situar os Cariris Velhos destaca-se aspectos concernente a sua estrutura agrária, bem como algumas informações a respeito do progresso técnico no que se refere a utilização de tratores e outros instrumentos de tração mecânica e animal na região.

O Capítulo 3, se preocupa em colocar as características da estrutura fundiária nacional, acentuando o seu elevado grau de concentração, procurando ver a questão através de algumas considerações teóricas, sobretudo quanto à posse e uso da propriedade fundiária, além das transformações ocorridas nas relações de produção e trabalho a partir da penetração do capitalismo no meio

rural. Um outro ponto do capítulo terceiro trata a questão agrária especificamente no semi-árido nordestino onde questionamos como tem sido o comportamento do Estado, face aos problemas do semi-árido, como agente que sempre prioriza as políticas de combate às secas, como meio de eliminar a pobreza, bem como a criação de programas especiais no sentido de mudar a base econômica principalmente no meio rural. No Capítulo terceiro encontra-se ainda alguns resultados da pesquisa, sobretudo aqueles pertinentes à concentração no município em estudo, ao mesmo tempo damos enfoque às relações de trabalho no campo, ou seja, de que forma se dá a expropriação do excedente numa atividade baseada sobretudo em moldes atrasados de produção.

Abordamos ainda a questão referente a absorção de mão-de-obra nas grandes fazendas, bem como a importância da atividade pecuária na grande propriedade. Por outro lado colocamos alguns dados concernentes a utilização de tratores e instrumentos agrícolas de tração animal e mecânica, revelando um determinado progresso técnico no município. O último ponto do capítulo terceiro está relacionado com a importância da Política de Reflorestamento no município no que tange a obtenção de recursos subsidiados a fundos perdidos, beneficiando assim os grandes proprietários revelando-se neste sentido, a influência da oligarquia agrária da região junto ao poder político estadual e até nacional.

O Capítulo 4, procura abordar as condições de vida das famílias rurais tal como elas se apresentam na realidade. Nesse sentido são feitas algumas análises sobre a existência ou ausência de alguns elementos básicos a subsistência humana. Encontra-se nesse Capítulo, algumas reflexões teóricas no que concerne ao nível de pobreza no Nordeste, e em particular na zona semi-árida.

Concluimos o estudo apresentando os reais elementos que se encontram relacionados com a situação de pobreza dos trabalhadores rurais, onde destacamos a concentração privada da terra e as relações de trabalho aí existente, bem como o caráter assistencialista das políticas implementadas pelo Estado.

CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO DO TEMA

1.1 - COLOCAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Face ao elevado grau assumido pelos problemas inerentes à realidade agrária brasileira, a questão agrária nacional vem merecendo ao longo do tempo um tratamento singular no campo das diversas áreas da ciência social. Tem-se evidenciado, nesse sentido, as transformações ocorridas na agricultura em decorrência da penetração do capitalismo no campo, modificando assim as relações de trabalho no setor considerado até então como o mais arcaico da economia brasileira. As consequências que daí decorrem são várias e possuem amplos significados, visto que as metamorfoses preconizadas procuram atender às necessidades do capital e sobretudo do grande capital, ou seja garantir o processo de acumulação, assegurando pois uma maior concentração da renda. A penetração capitalista no agro brasileiro, tem sido acompanhado por uma ampla expansão de tecnologia que, se por um lado significa a integração da agricultura à indústria, na medida em que aquela absorve o resultado proveniente do avanço das forças produtivas, ou seja, uma maior utilização dos adubos químicos e defensivos agrícolas, e modernos equipamentos, por outro lado significa a substituição da força-de-trabalho humana, provocando assim a expulsão de uma parcela significativa da mão-de-obra ligada a produção agrícola, e, expressando ainda o caráter de dominação e subordinação presente na sociedade capitalista.

As análises realizadas sobre as zonas rurais do País têm retratado a baixa qualidade de vida na população rural, isto é, um alto grau de pobreza que se traduz não só pela ausência

da terra - principal meio de produção na agricultura - mas também pela carência de condições materiais de trabalho. Dillon (1976) cita que um estudo feito em onze municípios brasileiros, e efetuado com base no caso de 1970, revela que os minifúndios, respondendo por 25% das propriedades, possuíam 2% do capital operacional, enquanto que o latifúndio, representando 3% das propriedades, respondia por 48% do capital operacional".

A situação de pobreza no campo torna-se mais evidente e chocante quando são considerados elementos indispensáveis a sobrevivência humana, isto é, educação, saúde, habitação, acesso à água, alimentação e outros. Em 1970, no Brasil verificou-se que dos 40 milhões e oitocentas pessoas que habitavam as zonas rurais 72,5% não dispunham de serviços sanitários nas suas residências. No mesmo período verificava-se que 76% das residências rurais não possuíam água (2). Outro elemento de bastante significação para expressar o baixo padrão de vida na zona rural é o elevado índice de mortalidade, provocando sobretudo pela subnutrição aí verificada. De modo geral as análises das zonas rurais sobre as condições de sobrevivência da maioria da população vem evidenciar tão somente a ausência do reconhecimento social nesse setor.

Embora o padrão de sobrevivência rural seja um traço dominante em todo o País, cabe assinalar que o nível de pobreza se apresenta de forma mais acentuada em algumas regiões, a exemplo do que ocorre no Nordeste, especificamente na região do Semi-Árido, considerado como foco de extrema pobreza, argumento muitas vezes utilizado para justificar o atraso sócio-econômico da Região. Convém assinalar que procuramos ver aqui o problema da deteriorização do ní

(2) Ver Gláucio Ary D. Soares. A Questão Agrária na América Latina, p. 164.

vel de vida no campo não por uma visão estanque e abstrata da realidade local, mas sim ver as condições de vida em uma análise da classe trabalhadora, no setor rural, em suas distintas partes. Sobre esse ponto, discutindo a caráter "regional" da pobreza no Nordeste, Inaiã de Carvalho fornece o importante e substancial argumento "... não há um Nordeste abstrato e inespecífico, mas classe trabalhadora aí residente, nas suas distintas frações". Dessa forma, a autora assinala que em decorrência do caráter do desenvolvimento da região, a superação da pobreza no Nordeste somente ocorrerá na medida em que se processem transformações na natureza e orientação desse desenvolvimento.

Ademais, tem-se no semi-árido um quadro bastante desolador no que se refere às condições climáticas da região, logo a análise da questão do nível de vida dos trabalhadores rurais não poderia deixar de lado a discussão do papel das secas, elemento frequentemente invocado como determinante da pobreza na região. Com efeito a escassez de chuvas ou sua má distribuição tem provocado sérios danos, comprometendo assim a sobrevivência da população rural do semi-árido.

Como se sabe a ocorrência e efeitos das secas fez com que o Nordeste se transformasse numa das mais sérias preocupações do Estado, e porquê não dizer de todo o conjunto da sociedade nacional. No término da segunda metade da década de cinquenta e princípio dos anos sessenta os problemas do Nordeste assumem uma maior dimensão, constituindo-se no cerne da discussão política e das preocupações nacionais. A partir desse período o Estado procura criar órgãos e/ou políticas destinadas a promover transformações na estrutura econômica da Região, "dentro de uma ótica que passa a considerar os problemas da Região como uma decorrência da

organização da produção e das condições do desenvolvimento regional" (Inaiã de Carvalho - p. 31). Dessa forma a intervenção do Governo Federal na área se intensifica e se modifica, baseada num ampliado projeto de reformas que buscava o desenvolvimento econômico do Nordeste, conforme objetivos políticos-sociais bem definidos. Cria-se então o GTDN (Grupo de Trabalho e Desenvolvimento para o Nordeste), e dentro dos seus propósitos se cria a SUDENE. O GTDN tinha como um dos seus objetivos a transformação da agricultura da zona semi-árida, criando condições de convivência com a seca e de superações das sequências advindas das determinações de ordem climática. As propostas da SUDENE procuravam enfatizar a reformulação da estrutura econômica através de um melhor aproveitamento econômico-social da água via irrigação, preconizava a extensão da fronteira agrícola e o aumento da oferta de alimentos em toda a Região, no seu caráter de implementação do GTDN.

Todavia, a partir das mudanças verificadas no caráter político do Estado, bem como no processo de desenvolvimento que se seguia, no contexto nacional ao movimento político-militar de 1964, tem-se uma redefinição dos projetos de desenvolvimento regional, com a adoção de outras medidas no que concerne aos problemas econômicos políticos e sociais do Nordeste. A grave seca de 1970, e suas consequências vem deixar claro a permanência desses problemas quando se verifica um forte colapso da agricultura de subsistência, no Semi-Árido, e por conseguinte, falta de alimentos e trabalho. Esse quadro exigia portanto soluções mais enérgicas e adequadas.

As novas propostas, visando solucionar os problemas da Região, se configuravam num novo Plano de Desenvolvimento - I PND - sob o ímpeto da constituição de um "Brasil Grande". Através

desse Plano o Estado objetivava promover o desenvolvimento nacional por meio de uma estratégia de desenvolvimento integrado das diversas Regiões do País, de modo a viabilizar um aproveitamento mais racional dos recursos naturais de cada Região, conforme se pode observar na citação alusiva ao I PND, feita Por Inaiã de Carvalho.

"A integração nacional, com significado primordialmente econômico e social, destina-se do ponto de vista da demanda, a criar mercado interno, capaz de manter crescimento acelerado autosustentável e do ponto de vista da produção, a permitir a progressiva descentralização econômica. Isto se fará pelo estabelecimento de pólos regionais no Sul e no Nordeste, de sentido agrícola industrial, assim como no Plano Central, e na Amazônia, notadamente agrícola mineral, complementando-se dessa forma o grande Pólo do Núcleo São Paulo- Belo Horizonte".

(Brasil, I PND, 1972-1974, p.25)

Sendo assim, ao invés de se transformar o Nordeste num "centro autônomo de expansão manufatureira" conforme os propósitos do GTDN, o que se propõe agora é a instalação de grandes complexos industriais, fortemente articulados e complementares a Indústria Nacional e voltados para exploração dos recursos naturais locais.

No que concerne a economia agrária, o I PND propunha uma reestruturação da atividade agrícola onde se buscava a ex

pansão da produção e da produtividade agropecuária ampliando a oferta de matérias-primas e de alimentos e as exportações; a redução da vulnerabilidade do Nordeste aos efeitos da seca; a diminuição da escassez relativa de terras e o aumento das perspectivas de absorção de mão-de-obra no meio rural.

Para dar continuidade ao processo de desenvolvimento orientado pela política de integração nacional é criado o II PND, que sob espírito ideológico do "Brasil Potência", prima por uma maior integração, expansão e exploração dos diversos espaços regionais. As transformações agora preconizadas desenham um novo perfil industrial atribuindo aos setores básicos de insumos e de bens de capital a linha de frente da dinâmica econômica do País. Tem-se com o II PND uma nova etapa da integração.

Cabe destacar que dentre os pontos principais da estratégia de desenvolvimento preconizada pelo II PND, se encontra a criação de um conjunto de Programas Regionais voltados especialmente para o meio rural. Com a criação desses Programas procurava-se atender uma das pretensões do II PND, no que concerne a eliminação dos focos de pobreza absoluta existentes, principalmente na Região Semi-Árida do Nordeste.

Com efeito, é oportuno questionar que mesmo com uma ampla atuação do Estado em termos de Planos de Desenvolvimento e Programas específicos não se conseguiu fazer com que o Nordeste e particularmente o Semi-Árido saísse do mar de pobreza em que se encontra mergulhado. A pobreza rural na região semi-árida se avanta ao longo do tempo, sendo que ela se torna mais grave e evidente nos períodos de estiagens prolongadas, quando se tem claro a situação de vulnerabilidade ou fragilidade de boa parcela da população trabalhadora do meio rural da referida Região.

A persistência da pobreza na Região do Semi-Árido vem desnudar o fracasso da ação estatal com relação aos objetivos sociais de suas políticas, ou seja a maioria da classe trabalhadora do meio rural continua cada vez mais pobre, e mais vulnerável às consequências da seca. A modernização tão preconizada como solução para o atraso da agricultura da região teve grande relevância na criação de empresas rurais em propriedades de maior porte. Porém as medidas mais convencionais a exemplo do crédito rural subsidiado, e dos incentivos fiscais e financeiros, merecendo desta que aqueles provenientes do sistema 34/18 FINOR favoreceram a uma pequena minoria de grandes proprietários, levando assim a uma maior concentração da propriedade agrária, ao passo que os problemas da região permanecem sem solução. Um exemplo da agravante pobreza da população rural tem lugar no Município Paraibano de Serra Branca, local onde se concentra nosso estudo. Os problemas do Semi-Árido têm aí expressivas dimensões onde se verifica uma forte ausência de chuvas e sobretudo uma elevada concentração da propriedade fundiária.

A presença do latifúndio sub explorado de um lado e a existência de um grande número de pequenos estabelecimentos com área inferior ao módulo rural do município (55 ha), torna-se uma característica básica da estrutura fundiária local. Portanto, nosso objetivo consiste em analisar o baixo padrão de sobrevivência do trabalhador rural do município em questão, e a possível relação de causa e efeito advindos da estrutura fundiária dominante., cujo traço essencial repousa na acentuada concentração da propriedade privada da terra. Partiremos assim do seguinte pre-suposto: a concentração da propriedade privada em Serra Branca exerce influência quanto ao nível de vida da classe trabalhadora rural do município supracitado. Para tanto procuremos analisar o nível de absorção de mão-de-obra nas grandes propriedades, bem como as relações de trabalho dominante na zona rural local, além de comparações entre

o nível de salário dos trabalhadores rurais e o salário mínimo nacional.

Nossas observações empíricas na região e posteriormente o trabalho de campo nos dá um quadro bastante deprimente no que tange às condições de vida da parcela significativa da população rural desta área, ou seja, produtores que dispõem de terras insuficientes para manter um nível de vida socialmente definido como humano; e sobretudo a sobrevivência daqueles que se encontram inteiramente desprovidos da propriedade da terra. Por outro lado, os depoimentos sobre a história de vida dos pequenos produtores indicam uma crescente deteriorização das suas condições de vida onde ficou patente a ausência de elementos indispensáveis para um nível de vida socialmente adequado tais como: habitação saneamento básico, saúde, educação e sobretudo alimentação. Destarte, o nosso propósito aqui é guiado pela necessidade de encontrar elementos que possam explicar a nível particular a pobreza absoluta dos pequenos produtores rurais.

Será uma decorrência diretamente advindas das determinações de ordem climática? E se o é porque até hoje não se tem pelo menos uma atenuação dos efeitos da seca, pelo contrário, em que se pese as fabulosas somas destinadas ao combate às secas, tem tornado cada vez mais grave a situação de miséria das populações elevando cada vez o número de flagelados que não possuem quase nenhuma condição material de vida? Quais são os interesses que atuam, no município, contribuindo para o agravamento do nível de vida da classe trabalhadora?

1.2 - METODOLOGIA DE ESTUDO

De início, convém ressaltar as dificuldades e limitações com as quais nos deparamos no decorrer da elaboração desse estudo. Dificuldades estas de natureza as mais diversas como por exemplo, a de obtenção de dados secundários mais recentes sobre a área em estudo, o que procuramos suprir com um trabalho de campo mais intensivo, procurando reunir o máximo de informações relevantes para o estudo. Por outro lado tivemos limitações no que concerne a ausência de uma instrumentação mais eficiente para a análise dos dados de campo. Contudo, apesar das barreiras, o esforço e a perseverança sempre presente foram decisivos na superação dos problemas.

Para desenvolvermos a pesquisa de campo, escolhemos as seguintes comunidades rurais: Capoeiras, Jericó, Duas Ser - ras, Campo Redondo, Cantinho, Ligeiro, Lagoinhas, Jacobina e Por - ção; além de estudos efetuados em médias e grandes propriedades.

A opção por essas comunidades foi decidida, a partir de visitas a sede local do escritório da EMATER, onde foi possível a obtenção de importantes informações a respeito das comunidades, ou seja, informes sobre as características orgânicas do solo, atividades econômicas principais de cada comunidade, especificidades climáticas, número de família de cada comunidade, bem como a forma de distribuição da propriedade agrária. Sendo assim, observou-se que as três comunidades inicialmente citadas apresentavam características distintas das demais, ou seja, elas constituem uma espécie de microclima dentro do município, apresentando solo arenoso argiloso, clima mais ameno, com uma elevação do índice de pluviosidade em relação ao verificado no município, possuindo maior exploração da atividade agrícola. Distintamente dessas comunidades o que se pode observar é que as demais apresentavam características se

melhante às verificadas no semi-árido, possuindo clima seco com escassez de pluviosidade, solo argiloso e vocação econômica voltada para a pecuária sobretudo a caprinocultura. A escolha por essas comunidades se deu pelo fato de que são elas que apresentam um maior número de pequenos estabelecimentos, além de serem as comunidades mais habitadas do município, pois seria quase impossível fazer um estudo em toda a zona rural ao município em questão.

A amostra populacional foi escolhida aleatoriamente, onde procuramos pegar um número de agricultores que constituísse uma boa representatividade do número total das famílias de cada comunidade, essa amostra é constituída de pequenos produtores, médios e grandes proprietários rurais. Sendo que os pequenos e médios totalizam quarenta famílias, distribuída por categoria, conforme mostra a Tabela.1. Portanto, observa-se que 12 são trabalhadores rurais sem terra, o que corresponde a 30% da amostra. Os pequenos proprietários não parceiros são em termos absolutos 15 famílias o que equivale a 37,5% da amostra, a categoria dos pequenos proprietários parceiros somam 11 entrevistados o que vale dizer 27,5% do total da amostra. Os médios proprietários constituem 5% da amostra. A amostra contou ainda com sete grandes proprietários estudados separadamente.

TABELA 1 - Caracterização da Amostra por Categoria e Quanto ao Trabalho Assalariado.

Categorias	Nº de Entrevistados	%	se assalariam	
			Nº	%
Trabalhadores sem terra*	12	30,0	11**	40,7
Proprietários parceiros	11	27,5	10	37,0
Proprietários não parceiros	15	37,5	6	22,0
Médios proprietários	02	5,0	-	-
TOTAL	40	100,0	27	100,0

FONTE: Dados elaborados a partir dos resultados da pesquisa de campo.

* Os trabalhadores sem terra se confundem aqui com os moradores.

** Um membro dessa categoria trabalha com meios de produção pertencente aos familiares, por isso não se assalaria.

Este estudo foi orientado pelos seguintes procedimentos metodológicos:

- 1 - Levantamento de dados secundários, junto ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), bem como informações obtidas junto a

EMATER e Prefeitura Municipal de Serra Branca.

- 2 - Levantamento bibliográfico.
- 3 - Observação inicial empírica acompanhada de visitas às comunidades com aplicação de entrevistas abertas.
- 4 - Aplicação de questionários padronizados, sendo um destinado ao pequeno e médio produtor, e outro aplicado exclusivamente à grande propriedade.

A revisão bibliográfica possibilitou-nos situar teórica e historicamente a estrutura fundiária nacional e no caso em estudo, bem como considerações sobre condições de vida.

A realização do trabalho de campo teve início após termos feito visitas de caráter preliminar e informal à algumas comunidades rurais da amostra.

No questionário padronizado (em anexo), aplicados aos pequenos produtores (trabalhadores sem terra, parceiros e pequenos proprietários), bem como aos pequenos proprietários, procuramos respaldar nossos objetivos e hipóteses, abordando questões relativas às condições de trabalho do pequeno produtor: crédito, nível de renda (salário), bem como elementos que indiquem o nível de vida do pequeno produtor rural - condições de habitação, saneamento básico, saúde, educação e alimentação.

No questionário aplicado à grande propriedade, procuramos relacionar questões atinentes à ofertas de emprego na gran

de propriedade, relações de trabalho, destinação do uso da terra, ocupação do espaço (área) pela grande propriedade, absorção de máquinas e equipamentos na grande propriedade, além de outras questões que assinalamos no decorrer do trabalho.

O trabalho de campo e portanto a aplicação dos questionários se deu entre os meses de dezembro de 1989, e Janeiro de 1990. Para a análise dos dados utilizou-se métodos estatísticos como: média, taxas de variações, percentagens e participação relativa.

CAPÍTULO 2

2 - CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO EM ESTUDO

2.1 - O Semi-Árido Nordestino*

A zona semi-árida do Nordeste brasileiro abrange uma área de 940 mil km², correspondendo a cerca de 75% da superfície total da Região.

Sua população é de aproximadamente 25 milhões de pessoas. O clima é quente e seco com temperatura média acima de 26 graus centígrados à sombra, com cerca de 3 mil horas anualmente de insolação. A queda pluviométrica varia entre 400 e 800mm de chuvas durante o ano, havendo todavia, intensa evaporação ou evapotranspiração que chega a atingir até mais de 2 mil e quinhentos anualmente.

A cobertura vegetal é representada pela caatinga, a qual se apresenta com variações do revestimento florístico, de acordo com as diversas zonas, ora mais espinhosa, onde o mandacaru o xique-xique e o facheiro predominam; ora mais ou menos densa com plantas de copa folhosa de alto valor nutritivo como forragem para o rebanho e madeira de-lei para construção.

Os solos são de modo geral, rasos e pedregosos, vulneráveis à erosão com topografia ou relevo pouco movimentado, alterando-se de plano a ondulações. O Semi-Árido apresenta ainda subdivisões na opinião de alguns autores. José Guimarães Duque, por exemplo, classifica o Semi-Árido nordestino em várias sub-regiões: Sertão, Seridó, Caatinga, Carrasco, Cariris e Curimataú.

* COELHO, Jorge - As Secas do Nordeste e a Indústria das Secas, 1986.

2.2 - Aspectos Geográficos e Econômicos - Sociais do Cariri Paraibano

O Estado da Paraíba apresenta-se dividido em micro-regiões homogêneas⁽³⁾, a saber: Agreste da Borborema, Agro-Pastoril do Baixo Paraíba, Brejo Paraibano, Cariris Velhos, Catolé do Rocha, Depressão do Alto Piranhas, Litoral Paraibano, Sertão de Cajazeiras, Seridô Paraibano, Serra do Teixeira, Piamonte da Borborema, e Curimataú.

A micro-região dos Cariris Velhos é portanto uma das frações que compõe o Estado da Paraíba. Localizada na parte centro sul do Estado, e sendo composta por 22 municípios, a Região compreende uma ampla extensão territorial - 15.500 km² - o que em termos relativos corresponde a 25% da superfície total do Estado. A sua população é de aproximadamente 259.946 habitantes⁽⁴⁾, isto significa uma densidade demográfica de 17 hab/km², considerada baixa em relação ao Estado, que possui uma densidade de 49 hab/km².

As características mais definidas repousam em suas condições naturais e sociais, e no grau de interdependência que as mesmas assumem. Com efeito a Região do Cariri Paraibano reflete perfeitamente as características já observadas para o Semi - Árido. Nesse sentido convém assinalar que as longas estiagens assumem as dimensões consideráveis, o que lhe confere a categoria de Região mais seca do País. O clima da Região é quente e seco, com elevadas

(3) São áreas que apresentam as mesmas características geográficas (clima, relevo, vegetação e solo).

(4) Este dado foi obtido através de projeção geométrica feita para o ano de 1989 com base no Censo Demográfico-1980 (IBGE).

temperaturas apresentando uma média de 25 graus centígrados. A cobertura vegetal também guarda a identidade com o Semi-Árido, sendo constituída pela caatinga destacando-se a presença das xerófilas (5), bem como plantas úteis na alimentação do rebanho, aparecendo ainda alguns vegetais frutíferos como o umbu e a seriguela.

O solo é comumente raso e sujeito à erosão, sendo constituído na sua maioria de trechos pedregosos com elevada acidez, escassez de nitrogênio e regular teor de cálcio.

A economia da região se assenta sob os moldes da produção tradicional, baseada na pecuária hiper-extensiva e uma debilitada produção algodoeira, existindo ainda as culturas de subsistência geralmente consorciadas com o algodão ou palma forrageira.

A região se integra ao modo de produção capitalista através de relações comerciais com outros municípios onde o capitalismo é mais dinâmico (Campina Grande), bem como através da existência de relações de trabalhos assalariado, e verifica-se ainda uma certa absorção de máquinas e equipamentos, o que indica uma certa integração ao sistema, levando assim a uma expansão das forças produtivas na região. Ver Tabela 2.

Como se pode observar o número de tratores na região vem crescendo ao longo das últimas décadas. Verifica-se que no período de 1970-75, houve um crescimento de 92,4%; continuando a apresentar taxas crescentes no período 1975-80 com um crescimento de 145%, o que indica que a região vêm apresentando uma certa mo

(5) Se encontram aí os vegetais espinhosos: mandacaru, xique-xique e facheiro.

dernização em termos de equipamentos de capitais.

TABELA 2 - Dados Absolutos e Relativos do Efetivo Agrícola no Cariri Paraibano-1970-1975-1980.

ANOS	1970			1975			1980		
	Tratores	Máquinas e Equipamentos		Tratores	Máquinas e Equipamentos		Tratores	Máquinas e Equipamentos	
		T. An.	T. Me		T. An.	T. Me		T. An.	T. Me
Valores Absolutos	92	1261	53	177	9.891	100	434	3.883	295

ANOS	1970/75%			1980/75%			1980/70%		
	Tratores	Máquinas e Equipamentos		Tratores	Máquinas e Equipamentos		Tratores	Máquinas e Equipamentos	
		T. An.	T. Mec		T. An.	T. Mec		T. An.	T. Mec
Valores Relativos	92,4	684,3	88,6	145,1	-15,8	195	371,7	204,5	456,6

FONTE. IBGE - Censos Agropecuários - 1970, 1975, 1980.

Os dados da Tabela 2 revelam ainda uma tendência crescente no que se refere a utilização de máquinas e instrumentos de tração mecânica, apresentando assim no período 1970-80, um crescimento na ordem de 465,6%. Por outro lado se expressa ainda uma tendência declinante dos instrumentos de tração animal, o que

pode ser explicado pela falta de condições dos produtores que utilizam tais instrumentos.

No tocante à distribuição da propriedade agrária da região, adiantamos que a característica básica repousa na enorme concentração que esta apresenta, onde as maiores áreas são ocupadas por estabelecimentos com área superior a 100 ha, com uma maior concentração naqueles de mais de 1000 ha. Valendo lembrar que estabelecimento é apenas uma unidade de produção e não propriedade, sendo frequente o número de proprietário que possuem mais de um imóvel, o que deve indicar uma concentração ainda maior, já que o módulo familiar na região é de apenas 55 ha.

A ocupação do meio rural na região, revela a predominância do latifúndio, cuja atividade principal é a pecuária extensiva. A criação de bovinos, atividade de maior expressão econômica, domina a agricultura, levando a ocupação dos melhores solos - vales úmidos, terras de vazantes dos açudes⁽⁶⁾ - com plantações de forrageiras.

" (...) Nas grandes fazendas a pecuária funciona como atividade dominante, e a produção de alimentos como esfera de subordinação".

(Moreira de Carvalho, 1984, p. 66).

A nível da Região dos Cariris Velhos, tem-se que o sistema de produção tradicional baseado no consórcio pecuária algodão e na força de trabalho dos moradores permite manter na pro-

(6) A maioria desses açudes, que hoje existe para plantação de forrageiras, foram construídos pelos recursos do FINOR, com finalidade "social".

priedade uma mão de obra disponível para trabalhos exigidos pela pecuária, ou seja, são duas atividades que se integram por um alto grau de subordinação daquela desenvolvida pelos moradores em relação aquela de maior significação para o grande proprietário..

2.3 - O Caso em Estudo: Serra Branca

A nossa pesquisa está centrada especificamente no Município de Serra Branca. Nesse sentido se faz necessário sublinhar algumas informações iniciais sobre a área:

Situado na parte central da Região dos Cariris Velhos o Município ocupa o 89º lugar em extensão territorial no Estado com uma superfície de 1.034 km².

Em 1989, época em que teve início esse estudo, o município contava com uma população de 21.405 hab, o que lhe confere uma densidade demográfica de 20,7 hab/Km². Apresentando clima quente e seco, a temperatura máxima presente no município é de 35 graus centígrados e mínima de 18°C. O índice de pluviosidade gira em torno de 400 milímetros anuais. O Município dista 240 Km da Capital do Estado por intermédio da BR 412⁽⁸⁾.

A origem histórica do Município está vinculada a existência de fazendas de gado instaladas nos primórdios do século XIX, as margens de rios. Observa-se assim a importância da pecuária no tange ao povoamento do interior nordestino.

A emancipação política do Município só veio a ocorrer de fato em 1959, sendo que o motivo primeiro decorreu de uma ruptura territorial entre duas famílias rivais. Este fato vem colocar em evidência

(8) Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, José F. p. 170.

a influência dos poderes oligárquicos na região que persiste até os dias atuais, e se manifestam nas relações de dominação do poder político e econômico.

Para sobreviver a cidade procura dispor de alguns serviços prestados à zona rural, destacando-se a rede bancária e órgãos de assistência técnica - EMATER. No panorama físico da cidade não são encontradas as conhecidas "pontas de rua" tão frequentes em outras cidades.

A saída de trabalhadores da zona rural dá-se, sobretudo, para centros urbanos extra-regionais, já que a cidade não tem condição de absorvê-los. Em Serra Branca, exetando o funcionalismo público e os trabalhadores da construção civil (incrementada pela expansão da área física da cidade), não se encontra um número expressivo de trabalhadores urbanos assalariados, o mesmo se verifica com os trabalhadores rurais onde se tem uma mão-de-obra composta por pequenos proprietários e trabalhadores sem terra, trabalhando como diaristas temporários.

Quanto a estrutura fundiária, esta está detidamente tratada no próximo capítulo, todavia adiantamos que as características da estrutura do Cariri (já assinaladas) encontram em Serra Branca sua perfeita ilustração, cujo traço principal se refere a concentração acentuada da posse da terra, predominando assim o latifúndio. Os dados numéricos da Tabela 4 ilustram claramente essa afirmação. Observa-se pois a persistência do domínio das grandes propriedades. Em 1985, por exemplo, menos de 1% dos estabelecimentos concentravam 20,6% da área ocupada. Por outro lado, no mesmo período verifica-se uma redução da área ocupada por estabelecimento de área inferior a 100 hectares, isto é, tem-se uma queda na área des

ses estabelecimentos cerca de 5% em relação ao ano de 1980, ao passo que os grandes estabelecimentos com áreas compreendida entre 100 e 1.000 ha tiveram um ascenso de 13% em relação a 1980. Se considerarmos os anos extremos da Tabela teremos logicamente, uma concentração ainda maior da propriedade da terra. Esses dados fornecem pois as informações necessárias para tratarmos do problema da estrutura fundiária de forma mais adequada, conforme o tratamento que esta merece quando se aborda as condições de vida da população rural.

3 - A QUESTÃO FUNDIÁRIA: POSSE E USO DA TERRA

3.1 - Alguns Aspectos da Estrutura Agrária Nacional

Um dos mais graves problemas ligados a questão a grária nacional, tem sido sem dúvida aquele concernente à apropriação privada da terra, cujo caráter concentracionista é dominante. A concentração de terra e renda na economia rural persiste e torna-se agudizante com o avanço das relações capitalistas no meio rural. A concentração da terra no Brasil, conforme ressalta Caio Prado, continua absorvendo as maiores áreas e os solos mais férteis, ficando uma grande parcela da população rural aquinhoadada em minifúndios, que para garantir as necessidades de consumo do grupo familiar são explorados intensivamente⁽⁹⁾. Na medida em que o capitalismo se expande no campo, tem-se uma transformação nas relações de produção e trabalho, ou seja, essas passam a ser desenvolvidas de acordo com os moldes exigidos pelo processo de acumulação de capital. Por outro lado, esse processo pressupõe uma maior concentração de terras e renda por uma minoria de dominadores. Com a penetração das relações capitalistas de produção, ocorre concomitantemente uma alteração na base técnica de produção, e nesse processo boa parte dos estabelecimentos, os de médio porte que não têm condições de modificar a sua base técnica de produção são esmagados pelos grandes estabelecimentos tecnificados.

É notável na estrutura agrária brasileira a presença de latifúndios onde existem aqueles de funções fundamentalmente especulativas, ou seja, grandes extensões de áreas que são adquiridas à espera de valorização⁽¹⁰⁾. Todavia o predomínio da função es

(9) Ver JÚNIOR, Caio Prado, Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil, p. 75.

(10) SO ARES, G.A. Dillon. A Questão Agrária na América Latina, p.63

peculativa das grandes propriedades não exclui a existência de funções produtivas, embora secundárias. Nas áreas que se dedicam às funções especulativas é comum a existência de uma pequena pecuária extensiva às vezes combinada com alguma forma de apropriação parcial do produto do trabalho de alguns moradores parceiros. O modo de aquisição dessas propriedades e a composição dos seus proprietários é um bom indicador de distribuição do poder no país.

As principais análises sobre o uso da terra têm a tentado para o caráter contraditório e antisocial dos grandes latifúndios que se dedicam às funções especulativas, bem como aqueles que exploram uma pequena pecuária extensiva, visto que esses estabelecimentos absorvem uma ínfima quantidade de força-de-trabalho. De acordo com o Censo Agropecuário (1975), Moisés Vinhas ressalta que as unidades de áreas superior a 500 hectares ocupam mais de 50% das terras, no entanto dedicam apenas 4,3% da área para fins de lavoura, e absorve somente 8% da força-de-trabalho do conjunto do país.

Convém lembrar que, além dos grandes latifúndios que são adquiridos com a finalidade de manter o valor da moeda contra a corrosão inflacionária, a estrutura agrária nacional é caracterizada também pela existência de fazendas comerciais destinadas às culturas de exportação. É pois, nessas propriedades que se tem verificado, principalmente, a partir da década de 1960 uma maior modernização tecnológica, o que significa uma maior integração com as indústrias produtoras de equipamentos e insumos básicos, possibilitando assim uma alteração nas bases técnicas da produção rural e por conseguinte uma modificação nas relações de trabalho. Sobre esta questão assinala J. Graziانو: "O desenvolvimento do capitalismo na medida em que incorporou máquinas, defensivos, fertilizantes e outros insumos provocou uma alteração nas relações sociais de traba

lho⁽¹¹⁾. Por outro lado, as transformações ocorridas no campo trazem consigo questões outras, como: preço mínimo, comercialização, assistência técnica e outras. Contudo essas políticas estão sempre voltadas para os privilégios dos grandes produtores, favorecendo os interesses das grandes capitais.

Outra característica da estrutura fundiária no Brasil é o grande número de pequenas propriedades e minifúndios existente, cuja função é fornecer mão-de-obra barata às grandes explorações. O minifúndio se caracteriza pela existência de um grande excedente de mão-de-obra, já que não consegue absorver o trabalho de todo o grupo familiar, isto é, sobra trabalho e falta terra: o que se verifica de maneira adversa nos grandes latifúndios onde o excedente de terra sem aplicação de trabalho é dominante.

3.2 - Característica da Estrutura Agrária no Semi-Árido Nordestino

Quando se aborda a estrutura agrária do Semi-Árido, deve-se atentar para um dos mais graves problemas que afeta diretamente o desenvolvimento da região, qual seja a concentração da propriedade da terra. Entretanto, a atenção maior tem sido direcionada para as irregularidades climáticas inerentes à região, relevando-se a um plano secundário as questões concernente a posse e uso da terra. Com efeito as preocupações do Estado a despeito do desenvolvimento da região estão todas concentradas, como já assinalamos, na elaboração de políticas de combate às secas, como forma de tirar a região da miséria em que vegeta. Portanto, o desinteresse pela questão agrária da região, não é só por parte daqueles segmentos

(11) SILVA, José Graziano da, in, O Que é Questão Agrária, p. 87.

que se beneficiam da estrutura dominante, articulando a esta seus interesses, mas também pelo próprio Estado. A forma como o Estado vem agindo em relação ao Semi-Árido deixa evidente o vínculo estreito de articulação que este mantém com os segmentos dominantes, agindo em função dos interesses conservadores desses setores. Como bem coloca Otamar de Carvalho: "a estrutura agrária do Semi-Árido, baseada na concentração da propriedade da terra, constitui ao mesmo tempo fonte de atraso da agricultura e fonte de poder político das classes conservadoras locais"⁽¹²⁾.

Tomando como base os dados censitários, e como elemento fundamental a área ocupada por cada categoria de estabelecimentos, as análises efetuadas sobre a estrutura fundiária do Semi-Árido, tem apontado a uma forte concentração da propriedade da terra. Sendo assim, conforme as condições de produção, a estrutura do solo e a escassez de água sobretudo nas pequenas propriedades, tem-se para o Semi-Árido a seguinte distribuição⁽¹³⁾: os pequenos estabelecimentos são aqueles que possuem área até 100 ha, os médios se classificam por possuir área compreendida entre (100 a 500 ha); considerando-se grandes as de áreas compreendida entre (500 a 1000 ha), e muito grandes os de mais de 1000 hectares. Mesmo analisando a posse da terra, por estabelecimentos, o que significa uma substituição da realidade agrária, pode-se observar o caráter dominante da concentração fundiária na região. Nesse sentido os estudos realizados, sobre o assunto, indicam, no Semi-Árido, uma tendência de aumento da área ocupada por grandes e muito grandes estabelecimentos, ao passo que vem se reduzindo o número dessas categorias; revela-se

(12) Não é por acaso que os maiores latifundiários do município de tem nomes ligados a política estadual e nacional.

(13) CARVALHO, Otamar de, A economia política do nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento), 1988, p. 128.

ainda um crescimento de pequenos estabelecimentos em função da fragmentação.

Os dados da Tabela 4 (em anexo) confirmam essa tendência de concentração. Examinando-os, pode se verificar o extraordinário crescimento do número de estabelecimentos com menos de 100 ha. (conforme dados do IBGE), verifica-se pois que os estabelecimentos com menos de 100 ha, passam de 88,8% de total de 1950, para 94% em 1975. Esse acentuado crescimento decorre do intenso processo de fragmentação dos estabelecimentos com área inferior a 100 ha., em unidades com menos de 10 ha. Isto resulta num crescimento dos estabelecimentos com menos de 10 ha., que evolui de uma participação de 53,2% do total em 1950, para 69,8% em 1975. A área total dos estabelecimentos com menos de 10 ha, e dos de menos de 100 ha, evolui positivamente no período analisado, tendo os de menos de 100 ha, crescido de 20% do total em 1950, para 28,6% em 1975. Constatando - se que a fragmentação dos pequenos estabelecimentos em unidades cada vez menores é persistente. Situação pouco diversa é apresentada nos estabelecimentos de área compreendida entre (100 e 500 ha), pois em quanto seu número em termos absolutos crescem 54,2% no período de 1950-75 sua participação no total se reduz à metade. A área total dessa categoria também se eleva passando de 27% em 1950, para 29,7% em 1975. Os estabelecimentos de área compreendida entre 500 e 1000 hectares apresentam variações semelhantes ao da categoria de (100 a menos de 500 ha). A situação difere nos estabelecimentos com área superior a 1000 ha., esta categoria tem seu número elevado em 8 mil unidades no período 1950-75. No período 1970-75 permanece mais ou menos constante a participação percentual nos estabelecimentos dos três primeiros grupos de área (menos de 100 ha, de 100 a menos a de 500 ha, e de 500 a menos de 1000 ha), no que se refere a relação entre a área de cada categoria e a área total da região. Enquanto is

so nesse período (1970-75) os estabelecimentos de mais de 1000 hectares cresceram sua participação no total de 27,2% para 29,2%. Este fato vem reforçar a hipótese de que continua em curso o processo de absorção de pequenos e "médios" estabelecimentos pelos grandes.

Uma vez apresentado um quadro geral da estrutura agrária do Semi-Árido onde figura a tendência de crescimento e concentração da área ocupada por grandes estabelecimentos (acima de 1000 hectares), pode-se entender a grave situação da grande massa da população rural numa região como o Semi-Árido, onde além das condições naturais serem desfavoráveis, a maioria dos produtores possui em terra insuficiente, ou nenhuma, para garantir a subsistência. O problema do Semi-Árido é sim uma perversa estrutura agrária dominada por uma elite de grandes proprietários; é pois este o elemento determinante do entrave a solução da pobreza no Semi-Árido. Procurar equacionar o atraso da sofrida região apenas através de políticas de combate à seca é contribuir para o agravamento da miséria na zona Semi-Árida, pelo menos é o que tem se revelado na prática. A estrutura agrária dominante concentrada é a base de sustentação de uma oligarquia que possui fácil acesso aos créditos e incentivos onde figuram os do FINOR-agropecuário, garantindo assim a base de acumulação via exploração de atividades agropastoris. Contudo devemos frisar que a concentração da propriedade da terra não é um elemento essencial para explicar o atraso do capitalismo, via modernização da agricultura na região, visto que existe outras regiões do País em que a concentração de terras é marcante ao mesmo tempo em que se tem uma considerável modernização das atividades agrícolas.

3.3 - A Estrutura Fundiária: A Pesquisa

Antes de analisar detidamente a estrutura fundiária-

ria no caso em estudo, abordaremos alguns aspectos da estrutura a grãria dos Cariris Velhos da Paraíba, conforme a abordagem feita para o Semi-Árido. As características dos Cariris Velhos abordados no capítulo 2 desse estudo, ao mencionarmos alguns dados concernentes a posseda terra na região pode se observar a permanência de uma estrutura fundiária concentrada. Assim como no Semi-Árido, no Cariri paraibano, a tendência mais geral repousa na evolução positiva da área ocupada por grandes estabelecimentos, embora se tenha ligeiras alterações ao longo do tempo. Conforme revela a Tabela 5 (em anexo), os estabelecimentos de mais de 1000 hectares decrescem sua participação de 0,5% em 1970 para 0,4% em 1980. Não obstante, refletindo a tendência geral da região semi-árida, observa-se que o número de estabelecimentos com menos de 10 hectares elevam sua participação no total da área de 60,1% em 1970, para 65,2% em 1985, ao passo que a área ocupada por esses estabelecimentos apresenta um ligeiro crescimento nesse período, passando de 5,6% em 1970, para 5,7% em 1985. Por outro lado, expressando a tendência geral do Semi-Árido, verifica-se uma redução do número de estabelecimentos da categoria (de 10 a menos de 100 hectares), caindo de 32,5% em 1970 para 28% em 1985, a área ocupada por esses estabelecimentos também decrescem, enquanto em 1970 a participação desses estabelecimentos na área total que era de 25% em 1980 se reduz para 23,3%. Estes resultados indicam a tendência de fragmentação de menos de 100 ha em unidades cada vez menores. Com relação a categoria de área superior a 1000 ha, sua participação na área total no período 1970-75 evolui de 24,3% para 25%. Um dado importante que a Tabela 6 reproduz, indica mais ainda a tendência de concentração da terra na região, se revela quando se observa que até 1975 não existia nenhum estabelecimento com área superior a 10 mil hectares o que já passa a ocorrer a partir de 1980.

Para analisar a estrutura fundiária no caso em estudo partiremos do conceito de pequenos, médios e grandes estabelecimentos utilizado por Otamar de Carvalho, ou seja, o que significa ser um grande, um médio ou pequeno estabelecimento numa área onde a agricultura não se encontra plenamente dominada pelo capital, onde a terra funciona como meio fundamental para o desenvolvimento da exploração agropecuária⁽¹⁴⁾, ou ainda o que significa ser grande médio ou pequeno estabelecimento dentro das condições do semi-árido, onde grande parte dos estabelecimentos são explorados com técnicas tradicionais, baixa produtividade, bem como solos rasos além da ausência de fontes de água, sobretudo em estabelecimento de menos de 100 hectares. Dentro dessas condições consideramos para nosso estudo a classificação: pequenos estabelecimentos os que ocupam área inferior a 100 ha; médios estabelecimentos os que possuem área superior a (100 ha e inferior a 500 ha); os grandes com área compreendida entre 500 e 1000 hectares e os muitos grandes com mais de 1000 hectares.

Conforme esses extratos, os dados do Censo Agropecuário (IBGE-1980)⁽¹⁵⁾ indicam em Serra Branca a seguinte distribuição da propriedade da terra: propriedades muito grandes (acima de 1000 ocupam 27,43% da área total do município, embora só represente 1,1% dos estabelecimentos; os grandes estabelecimentos (500 a menos de 1000 ha) constituem apenas 0,94% do número de estabelecimento total, porém dominam 10,5% da área; a categoria dos médios estabelecimentos (100 a menos de 500 ha) participam com 12% no número total, ocupando 35% da área. Os pequenos estabelecimentos constituem o maior número, dominando perto de 87% do total, entretanto só dispõem

(14) Os dados para o ano de 1985, não são fornecidos a nível de município como se encontram estratificados na Tabela 6.

(15) Ver CARVALHO, Otamar de, A Economia Política do Nordeste: Serra, Irrigação e Desenvolvimento.

de 27% da área (ver Tabela 6 em anexo).

A análise da concentração fundiária por estabelecimentos como indica a Tabela 6, não revela a real concentração da posse da terra, visto que os estabelecimentos se apresentam apenas como uma unidade de produção, contudo não deixam de ser bons indicadores de tendência. Acreditamos que uma análise através de imóveis possam indicar uma concentração ainda mais elevada da propriedade da terra, alguns fatos têm confirmado essa afirmação. O trabalho de Gislaine Duque, por exemplo, realiza em 1983, revela que as propriedades com mais de 500 ha, se reduz a 15 nomes, perfazendo um total de 1.300 imóveis⁽¹⁶⁾. Um outro dado que exige cautela na sua observação se refere a grande participação dos médios estabelecimentos no conjunto da área total (35%), pois nessa categoria encontra-se proprietários possuindo vários imóveis, ou seja, são grandes proprietários disfarçados de médios, conforme revelou o trabalho de campo. Por outro lado a pesquisa direta indica uma concentração ainda mais acentuada da propriedade da terra, encontramos pois uma de um proprietário possuindo área superior a 10 mil hectares, quando os dados do (IBGE-1985) não revelam nenhuma propriedade acima de 4 mil hectares no município. Se compararmos a área ocupada por estabelecimentos acima de 500 hectares da Tabela 6, com os dados de campo (Tabela 7), observamos que a área média passou de 1.188 ha em 1980 para 4.040 ha em 1989. Esse acentuado aumento da área média se explica pelo fato do crescimento absoluto da área ocupada por esses estabelecimentos, pois em 1980 quando o IBGE informa a existência de 24 estabelecimentos com área superior a 500 ha, a pesquisa efetuada em dezembro de 1989 encontra 7 grandes proprietários ocupando uma área

(16) Ver DUQUÊ, Gislaine. O Processo de Mudança Sócio-Econômica da Paraíba - O Cariri Paraibano. In: Raízes nº 4-5, p.175.

absoluta de 28.280 ha (Ver Tabela 7). Entretanto é de suscitar admiração, o interesse pela posse da terra numa região tão desolada, porém isto torna-se facilmente compreensível quando se enxerga que a posse da terra no município se embasa em benefícios não desprezíveis pois além de assegurar uma produção de certo modo lucrativo dado o caráter da exploração baseado na força-de-trabalho dos parceiros com baixos custos; a posse da terra garante sobretudo a obtenção de créditos subsidiados (que nem sempre são aplicados para os fins originais), ou mesmo recursos financeiros como os do IBDF. Perpetua-se desta forma, a captura de privilégio do Estado pela oligarquia fundiária, como bem acentua Francisco de Oliveira⁽¹⁷⁾.

(17) OLIVEIRA, Francisco de - Elegia para um Re(li)gião, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

TABELA 7 - Absorção de Terras pela Grande Propriedade-Município de Serra Branca-1989.

Extratos de área (ha)	Propriedades	%	Área Total	%
500 a menos 1000	3	42,8	2.150	7,7
1000 menos 5.000	2	28,5	3.900	13,7
mais de 5.000	2	28,5	22.230	78,6
TOTAL	7	100	28.280	100

FONTE: Pesquisa Direta de Campo.

Quanto as formas de uso da terra nas grandes propriedades, essas em sua maioria é dedicada à pecuária. As áreas dedicadas ao gado, (conforme o Censo Agropecuário 1980) eram de 65,3% do espaço aproveitável, dividido entre pastagens naturais (caatinga) 45,95%, e pastagens artificiais (capineiras de pisoteio e capim das vazantes dos açudes).

A grande expansão da pecuária, verificada sobretudo a partir do início dos anos setenta tem sido uma decorrência do impulso dado pelos incentivos oficiais em favor dessa atividade, com a finalidade de reduzir o peso das importações de carne. Conforme assinala Sorj, as importações de carne passaram de US\$ 298.000 em 1946, assumindo em 1974 uma cifra superior a 50 milhões de dólares⁽¹⁸⁾. A título de exemplo, a maior parte do crédito do PROTERRA foi dedicado à pecuária, linha de crédito essa que canalizou aproximadamen-

(18) SORJ, Bernardo, Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, 1982, p. 85.

te a metade do crédito total do Nordeste de 1971 a 1977⁽¹⁹⁾. A expansão da pecuária, no caso em estudo tem significado uma substituição gradativa da atividade de subsistência, assim as áreas que antes eram ocupadas por lavouras de subsistência vão sendo tomadas por lavouras forrageiras (palma forrageira, capim em vazantes e terrenos tanto de tabuleiros quanto de várzeas que vão sendo ocupados por plantios de algarobas). A Tabela 8 reproduz a importância dada as culturas forrageiras em detrimento das lavouras alimentares.

A pecuária extensiva, principal atividade do grande latifúndio constitui uma atividade poupadora de mão-de-obra.

(19) Ibid. o. 103. Assim observa Sorj, um programa que se orientava originalmente para a distribuição de terras (oPROTERRA) dedica a maior parte dos seus recursos a um programa de modernização agrícola que termina expulsando a população já estabelecida.

TABELA 8 - Utilização da Terra na Grande Propriedade
de Município de Serra Branca-1989.

Áreas Total ha	Culturas alimentares ha	Culturas Forrageiras* ha	Pecuária Extensiva ha	Volume Médio de mão-de-obra Utilidade (Trabalhador por ano)
600	10	30	560	06
700	10	50	590	07
800	30	50	720	05
1.600	20	195	1.385	06
2.300	10	500	1.790	15
10.230	50	2.120	8.060	19
12.000	80	2.200	9.720	17

FONTE: Pesquisa direta junto às propriedades.

* Inclusive algarobas.

A Tabela 9, vislumbra com maior clareza a relação entre o aumento do rebanho bovino, durante o período de 1972 a 1978, e a diminuição de mão-de-obra. Esses dados embora referentes a década de 1970 continuam a apresentar a mesma tendência. Os dados do IBGE, indicam no município uma evolução de 42,2% de 1970 a 1980 no rebanho bovino.

TABELA 9 - Evolução da Importância do Rebanho Bovino e os Indicadores de Absorção de mão-de-obra Rural no Município de Serra Branca de 1972 a 1978.

Indicadores	1972	1978	Variação (%)
Rebanho bovino (cab.)	5.252	7.605	44,8
Dependentes do proprietário trabalhando	1.139	792	-30,5
Assalariados permanentes	249	87	-65,1
Imóveis com parceiros	80	48	-40,0
Área sob parceria (ha)	1.467	722	-50,0

FONTE: INCRA. Cadastro de 1972 e Sistema de Análise Preliminares do Cadastro DP/1978.

A redução da área ocupada por parceria pode ser vista ainda na Tabela 10 relacionada a condição do produtor, o que pode indicar a predominância da pecuária sobre a agricultura. Nesse sentido na medida em que ganha importância a atividade criatória em moldes extensivos, o volume de absorção de mão-de-obra empregado nas grandes fazendas é cada vez menor, revelando assim o caráter antisocial do uso da terra nas grandes propriedades. A pequena proporção de força-de-trabalho empregada nas grandes fazendas no caso em estudo encontram-se expressos na Tabela 8 (p43). O que vem confirmar nossa hipótese quanto ao reduzido volume de emprego nas maiores propriedades.

As relações de trabalho nas grandes propriedades conforme revelou a pesquisa assume diversas formas, sendo que é predominante o sistema tradicional baseado na utilização da mão-de-obra de trabalhadores parceiros, onde esses se dedicam a produção de substâncias, sendo que parte desta é destinada ao proprietário da terra. A renda do proprietário fica então assegurada pelo recebimento da metade da produção de algodão e um terço da produção de milho e feijão⁽²⁰⁾, além disso os campos de algodão funcionam como pastagens para o gado. Para o proprietário esse regime de exploração, assegura uma certa lucratividade já que implica em custos monetários baixos⁽²¹⁾. Além dos parceiros moradores exercem também a relação de parceria determinado número de pequenos proprietários, que não consegue manter sua subsistência nas suas pequenas unidades. Esses moradores parceiros ou vizinhos esporadicamente são admitidos nas grandes fazendas, constituindo assim uma mão-de-obra temporária utilizada para trabalhos ligados à atividade pecuária como plantações de culturas forrageiras, bem como trabalho de infraestrutura (cerca, por exemplo). O contrato de trabalho é feito verbalmente, não tendo nenhuma garantia no que tange ao acesso aos direitos sociais trabalhistas. A exploração do trabalho, nesse caso, se expressa sobretudo pela baixa remuneração⁽²²⁾. Uma outra relação de trabalho na grande propriedade, no município de Serra Branca, se baseia no assalariamento permanente, representada por uma reduzida minoria, de trabalhadores, que corresponde aos gerentes das fazendas ou simples vaqueiros. Mesmo assim essa categoria de trabalhadores não pos

(20) ANDRADE, Manual Correia de. in: A Terra e o Homem no Nordeste, 1986, p. 167.

(21) Em alguns casos o proprietário fornece os instrumentos de produção e às vezes adianta os bens salariais consumidos pelo parceiro e sua família,

(22) Ver Capítulo 4, desse estudo, especificamente o comportamento do gráfico 1, referente a evolução do salário rural no município de Serra Branca.

sui nenhum acesso aos direitos trabalhistas, visto que o contrato de trabalho é expresso apenas por palavras. A pesquisa de campo registra apenas um caso em que o administrador possuía carteira assinada.

Em relação ao progresso técnico, CARVALHO afirma que ao nível do Semi-Árido, o número de tratores e arados (de tração mecânica e tração animal) tem apresentado um crescimento superior ao verificado na região Nordeste; apesar de ser ainda muito lento. (CARVALHO, 1988, p. 157). Assinala o autor que no período de 1979-75, enquanto o número de tratores a nível de Nordeste apresentava um crescimento de 107%, o Semi-Árido apresentava ao mesmo período um crescimento de 141%. Apresenta também taxas crescentes os instrumentos de tração mecânica (86,4%) para o Nordeste, e 105,1% para o Semi-Árido. Crescendo a um ritmo mais lento encontra-se os instrumentos de tração animal. Essa mesma tendência de crescimento, embora não signifique grandes avanços no progresso técnico, é encontrado no caso em estudo (ver Tabela 11). A utilização de tratores vem crescendo no município, pois no período 1975 a 1980 verificou-se um crescimento de 275%. O mesmo ocorrendo com os instrumentos de tração mecânica, pois nesse período eles apresentam uma taxa de crescimento de 35%. Os equipamentos de tração animal embora apresente taxas negativas de crescimento (-11,9%) de 1975 a 1980, eles evoluem no período (1970 a 1980). Tudo indica que esse progresso técnico está sendo discriminado de forma concentrada, em particular o que se verifica em relação a pecuária bovina.

TABELA 11 - Evolução do Efetivo Agrícola no Município de Serra Branca - 1970-75-80.

Categoria do Efetivo	1970	1975	1980	Incremento %		
				1975/70	1980/75	1980/70
Tratores	4	4	15	0	275,0	275,0
Tração Animal	477	914	805	91,6	-11,9	68,7
Tração Mecânica	4	8	36	100,0	350,0	800,0

FONTE. IBGE - Censos Agropecuários: 1970 - 1975 - 1980.

3.4 - A Política de Reflorestamento e o Poder Político: No caso em Estudo.

O quadro legal em que se assenta a política de reflorestamento é o novo Código Florestal, instituído por Lei 477 de 15/05/65, cuja filosofia é garantir a utilização mais racional, a proteção e a conservação dos recursos naturais renováveis e o desenvolvimento florestal do país. O principal instrumento utilizado pelo Governo para estimular a preservação e renovação florestal por parte do setor privado são os incentivos fiscais e financeiros: "As florestas plantadas ou naturais ficam isentas de qualquer tributação" (Art. 38). Também se exime de tributação a renda da produção florestal (Art. 38 I).

Para instrumentalizar a filosofia preservacionista

e desenvolvimentista dos recursos naturais foi criado em 28/02/67 o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal). Sua missão é " formular a política florestal, além de orientar, coordenar e fazer executar as medidas necessárias à utilização racional e conservação dos recursos renováveis e o desenvolvimento florestal do País (Decreto-Lei nº 289). Assim sendo, além das florestas e Parques Nacionais geridos pelo IBDF, este organismo federal promove o reflorestamento em terras de propriedades privadas, visando tornar mínimo os custos de produção da empresa agrícola e viabilizando a capitalização da grande propriedade fundiária. De fato, a Tabela 12 que foi respaldado pelo trabalho de campo junto às grandes propriedades, evidencia que o reflorestamento exerce uma influência fundamental das grandes propriedades e por conseguinte no processo de concentração⁽²³⁾ da propriedade e da produção pecuária.

O reflorestamento, utilizado como instrumento técnico empresarial de modernização mais adequado no contexto Sócio-Econômico, é completamente inoperante, no que concerne à solução dos problemas sociais. Ele exclui totalmente os pequenos agricultores, por que a área mínima considerada "adequada" para o plantio de algaroba é de 100 hectares.

A política de reflorestamento nos Cariris Velhos e em específico em Serra Branca proporcionou uma alteração da composição alimentar do rebanho, visto que a vagem da algaroba representa um alimento de boa qualidade e de baixo custo (dado a forma de financiamento atual) completando assim a base alimentar do rebanho

(23) As informações colhidas "in locus" revelaram que duas grandes propriedades amplamente beneficiados com os recursos a fundo perdido, destinados ao reflorestamento ampliaram suas propriedades em mais de 1.000 ha, desde o final da segunda metade da década de 1970 até a época do trabalho de campo.

caprino, ovinos e sobretudo do gado bovino. Isso explica o interesse de grandes proprietários nos projetos de reflorestamento, e o declínio do interesse por manter roçados de algodão consorciados, fato esse que tem contribuído para a intensificação da expulsão de arrendatários e moradores das grandes fazendas, uma vez que a pecuária extensiva depende cada vez menos do rebanho do algodão e cada vez mais da algaroba junto com as pastagens plantadas e palmas forrageiras, culturas que utilizam trabalhadores temporários assalariados.

Um aspecto que merece destaque na Política de Reflorestamento é a influência do reflorestamento em si nas relações do poder local, atuando no sentido da continuidade política. A sistemática de aprovação dos projetos deixa margem para intervenção de critérios de influência política de favoritismo e clientelismo⁽²⁴⁾. O Programa nada inova nesse sentido. É ao contrário, apoio para manutenção das lideranças tradicionais, e do status político.

Com efeito no município de Serra Branca até outubro de 1983 contava com 28 projetos de reflorestamento (Tabela 11 em anexo), com algaroba aprovados, com um total de 4.460 ha, área considerável quando comparada às áreas de culturas alimentares: 1007 ha. Deve-se assinalar ainda que 54% da área aprovada são de um único empresário e cerca de 99% da área aprovada está concentrada por empresários liderados por um grupo influente na região. Ou seja, a concentração da área aprovada em projetos de algaroba, no município em estudo, revela a existência de grupos políticos influentes politicamente na direção da política de reflorestamento. Esse fato demonstra ainda que as políticas agrícolas, resultante de conluio entre os grupos de interesses, são sempre baseados em fortes incentivos, onde os mais adaptados para reagir a essas políticas são os

(24) COELHO, Claudete. A Política de Reflorestamento na Paraíba, 1984. p.83.

grandes proprietários. Os efeitos dessas políticas tem sido em termos sociais, muito perversos visto que os problemas sociais de emprego, renda condições humanas tem sido na prática negligenciados.

4 - CONDIÇÕES SOCIAIS DE VIDA

4.1 - Algumas Reflexões Teóricas Acerca da Pobreza no Nordeste

A precariedade e das condições de vida e de trabalho da grande maioria da população constitui um dos problemas mais identificado com a Região Nordeste. O estudo das causas da baixa qualidade de vida da população nordestina tem apontado distintos argumentos para explicar a situação de pobreza em que se encontra submetida grande parte da população. Nesse sentido vale assinalar algumas posições a respeito desse problema.

O discurso oficial tem procurado ver a pobreza como um fenômeno típico das desigualdades sociais de cada região geográfica, ou seja, para a classe política a pobreza não é mais que um atributo das regiões carentes, e portanto a prosperidade social só ocorrerá por meio da elevação da produtividade, isto significa, pelo menos a luz dessa interpretação, que a pobreza só terá solução se houver um rompimento com o atraso econômico da região através de uma maior expansão do processo de produção capitalista.

Uma outra vertente de pensamento coloca o problema da pobreza como sendo resultado de uma série de fatores de ordem natural, acentuando-se, nesse sentido, as consequências adversas sobre as regiões menos desenvolvidas, bem como a reduzida prioridade atribuída ao objetivo de redução das disparidades regionais. Tem-se argumentado ainda a permanência da concentração fundiária e os efeitos dos programas de desenvolvimento regional como fatores de ampliação da pobreza, sobretudo a rural. Esse posicionamento é claramente ilustrado na citação abaixo:

" (...) as razões do subdesenvolvimento do Nordes

te são relativamente fáceis de detectar (...). Em primeiro lugar o Nordeste é relativamente pobre quando confrontado com outras regiões do País (...). Em segundo lugar as grandes oportunidades históricas de desenvolvimento do Brasil nos últimos 50 anos (...) tiveram seus resultados concentrados no centro-sul, em parte porque a melhor dotação de recursos naturais dessa Região já havia ai criado uma infra-estrutura agrícola, industrial e de serviços razoavelmente capacitada para aproveitar essas oportunidades de crescimento. Uma vez iniciado o intenso processo de industrialização do Centro-Sul, particularmente em São Paulo, a tendência normal era a do agravamento das disparidades econômicas inter-regionais (...).

Em terceiro lugar, a política governamental que deveria ter funcionado como um fator de compensação ou correção desse desequilíbrio, na realidade operou durante muito tempo como mais um elemento de reforço dessas desigualdades". (Holanda 1918 p. 15). in: Moreira de Carvalho, 1985, p. 221..

Portanto, assim como o discurso oficial, essa nova vertente de análise, significativa em alguns pontos, consideram que o problema do emprego e da pobreza não poderá ser solucionado senão através de um processo de desenvolvimento acelerado, permitindo absorver um maior contingente da força-de-trabalho regional. Nesse sentido ambas as posições têm convergido ao considerar que a melhoria

de padrão social de vida na região, só será possível através da dinâmica da expansão econômica regional.

Na visão de Carvalho, a questão da pobreza do Nordeste está presente no próprio movimento contraditório das relações entre as classes e suas diversas frações, que confere especificidades ao processo de expansão recente do capitalismo, ou seja, sua concepção é norteada por toda uma perspectiva histórica que dá conteúdo a problemática tratada. Nesse sentido a autora enfatiza:

"O fenômeno da pobreza, longe de ser compreensível enquanto pobreza da região tem que ser compreendido como parte de um processo histórico mais ampla de produção dos diferentes contingentes de trabalhadores na esteira da expansão do capital monopolista no espaço nordestino". (MOREIRA e CARVALHO, 1984, p. 227).

Dessa forma, esta posição deixa claro que as precárias condições de vida e de trabalho da maior parte da classe trabalhadora tal como se expressa a nível regional é resultado das especificidades da expansão capitalista no Nordeste.

Sobre a pobreza no meio rural, em específico, a autora, acima citada assinala que a não alteração na estrutura agrária da região que faz com que persistam as relações de produção mais adequadas aos interesses dos grandes proprietários, como a relação de parceria e arrendamento que alimentam e ampliam a pobreza do trabalhador, visto que tais relações funcionam para o grande proprietário como elemento que atenua o impacto das condições adversas da região.

4.2 - Análise dos Dados: Condições de Vida em Termos Reais

Procurando alcançar o nosso objetivo de estudo, colocamos aqui alguns dados que acreditamos indicar as reais condições de sobrevivência da classe trabalhadora rural da área em estudo, ou seja procuramos enfocar as relações de trabalho a que estão vinculados os pequenos produtores, bem como o acesso aos serviços de saúde e educação, além das condições de moradia.

A classe dos pequenos produtores da área em estudo se encontra formada de maneira bastante heterogênea. Assim o trabalho de campo indica as seguintes categorias de pequenos produtores: Proprietários parceiros, Proprietários não parceiros e trabalhadores rurais sem terra.

Quanto ao acesso a terra, considerando este como uma condição essencial para um digno padrão de vida do trabalhador rural, as entrevistas realizadas junto aos pequenos proprietários indicaram uma situação extremamente desfavorável para os pequenos produtores rurais que possuem terra, conforme revela a Tabela 12.

TABELA 12 - Distribuição da Terra de Pequenos e Médios Proprietários Entrevistados.

Extratos de Áreas (ha)	Proprietários parceiros		Proprietários não parceiros		Médios proprietários	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 2	01	9,0	-	-	-	-
2 a menos de 3	03	27,0	-	-	-	-
3 a menos de 5	02	18,0	02	13,3	-	-
5 a menos de 7	01	9,0	04	27,6	-	-
7 a menos de 10	-	-	02	13,3	-	-
10 a menos de 15	01	9,0	03	20,0	-	-
15 a menos de 20	01	9,0	-	-	-	-
20 a menos de 30	-	-	02	13,3	-	-
30 a menos de 40	-	-	-	-	-	-
40 a menos de 50	01	9,0	01	6,6	-	-
50 a menos 100	01	9,0	01	6,6	02	100,0
TOTAL	11	100,0	15	100,0	02	100,0

FONTE. Pesquisa direta de campo.

O limitado acesso a posse da terra como se pode visualizar na Tabela, onde a grande parcela dos proprietários parceiros entrevistados (63%), possuem área inferior a 7 hectares, o que também ocorre com os proprietários não parceiros onde a grande parte (75,2%) domina área inferior a 15 hectares, constitui sem dúvida uma clara indicação do grau de pobreza e proletarização do trabalhador na medida em que essa força-de-trabalho tem dispendido cada vez

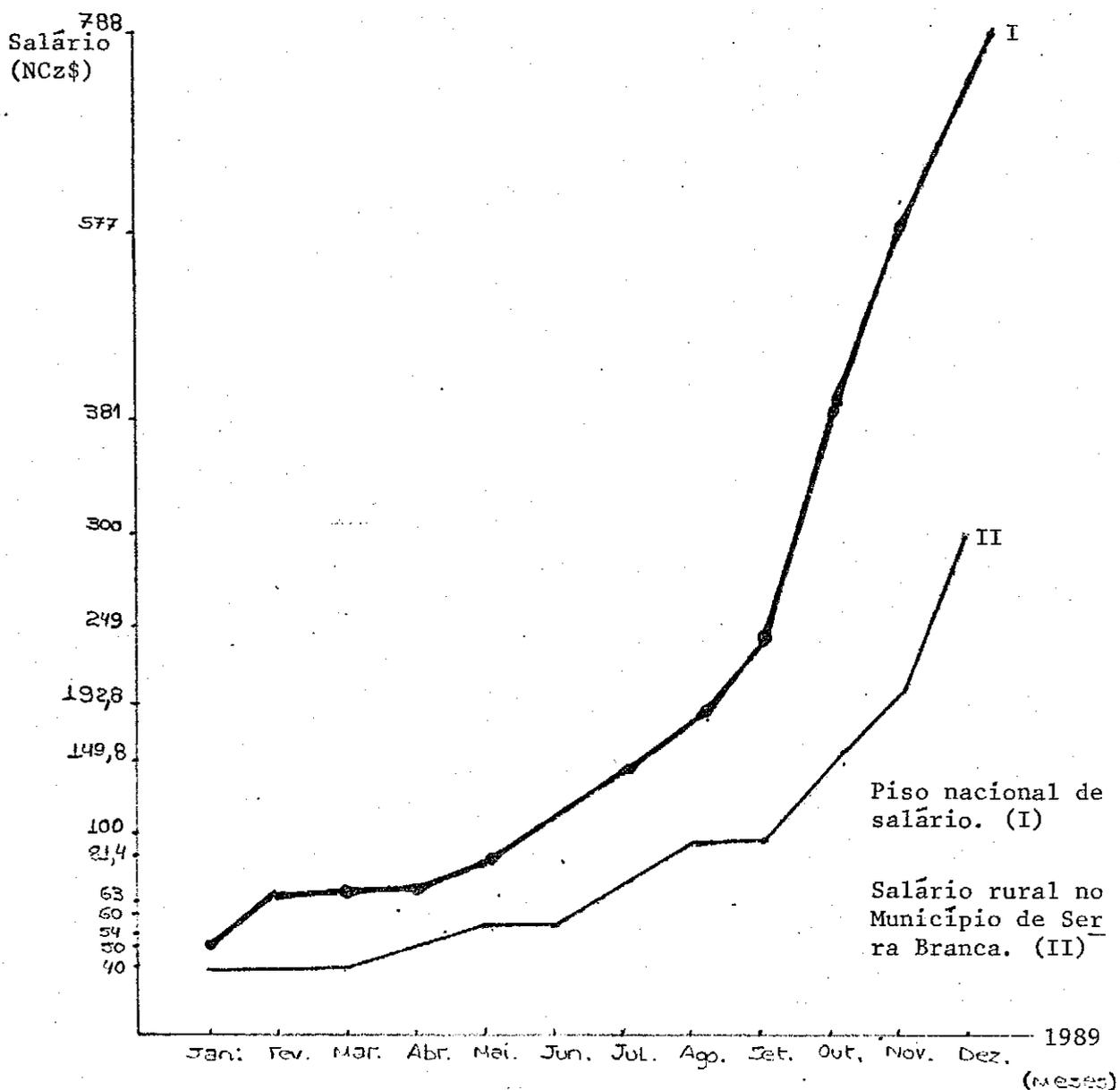
mais trabalho no sentido de garantir a subsistência do grupo familiar. Por outro lado 30% dos entrevistados, além dos pequenos proprietários, são trabalhadores totalmente desprovidos do principal meio de produção do setor agrícola, tendo assim que alugar seus braços por um tempo ainda maior que aqueles que ainda possuem um minifúndio, ou seja, estão diretamente subordinados aos grandes proprietários.

Quanto ao trabalho assalariado, o estudo revela que a categoria dos proprietários não parceiros dedicam a maior parte do ano ao trabalho na sua propriedade, 5 meses como assalariados temporários, já os proprietários parceiros passam a maior parte dos meses trabalhando fora do seu minifúndio, ou seja 20% trabalham acima de sete meses como assalariados esporádicos, sendo que a maior incidência se dá em períodos de trabalho superior a 10 meses (30%). Os trabalhadores rurais sem terra, por seu turno dedicam um reduzido tempo ao seu roçado, onde trabalha como parceiro deixando-o na responsabilidade da esposa ou de alguns filhos, já que tem de assegurar a subsistência da família.

Quanto a jornada de trabalho, esta gira em torno de 8 a 9 horas na categoria dos pequenos proprietários, sendo que para os trabalhadores sem terra que trabalham nas grandes fazendas a jornada de trabalho chega ser até superior a 9 horas diárias. Contudo o que se torna mais grave para os trabalhadores que se assalariam reside na baixa remuneração da força-de-trabalho. Os dados obtidos durante a pesquisa de campo no que tange ao nível de salário na zona rural indica uma enorme defasagem dos rendimentos salariais, pois o salário rural do município em estudo se encontra muito aquém do salário mínimo nacional (já defasado), durante todo o ano de 1989. Devemos frisar ainda que os entrevistados foram unânimes

em afirmar que não possuíam carteira assinada, isso significa não poder usufruir dos direitos assegurados pela legislação trabalhista pois esta não aplicada até mesmo pelos grandes proprietários que mantêm uma mão-de-obra permanente. Evidenciando-se assim uma exploração ainda maior do trabalho não pág.

GRÁFICO 1 - Co,portamento do Salário Mínimo Nacional e do Salário Rural no Município de Serra Branca durante o ano de 1989.



A observação da Tabela 13 indica que a participação relativa do salário rural, da área em estudo, em relação ao salário mínimo nacional, decresce nos três primeiros meses de 1989,

tendo uma reversão em abril do referido ano atingindo um pico de 79,3% em relação ao salário mínimo nacional. Nos meses que seguem, essa participação passa a decrescer novamente, em virtude da baixa oferta de emprego no setor rural do caso em estudo durante essa época, observando-se em agosto, coincidindo com o auge da colheita, um ligeiro crescimento do salário rural, mas logo volta a cair. O gráfico 2 revela claramente esse movimento.

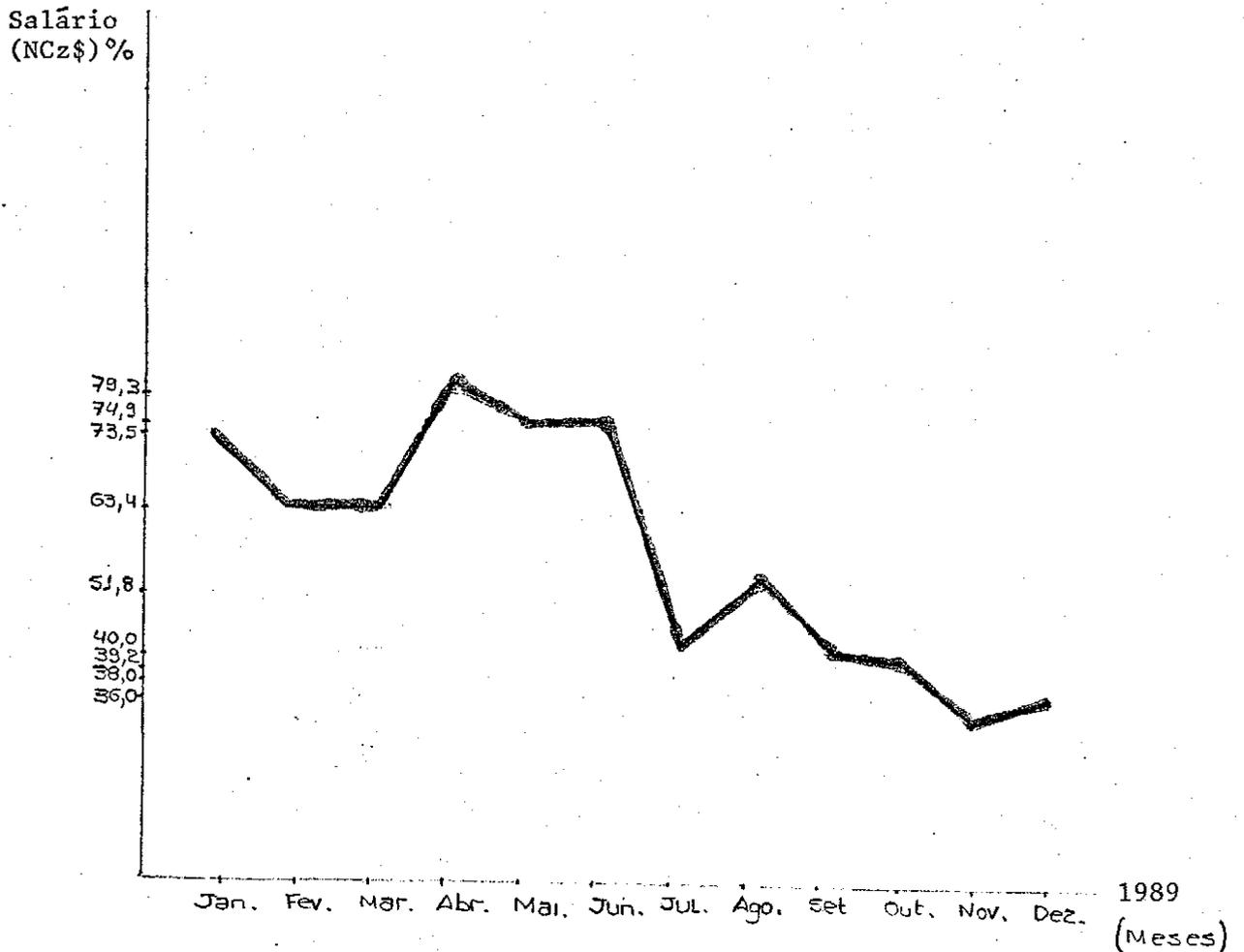


GRÁFICO 2 - Participação Relativa do Salário Rural no Salário Mínimo Nacional - Serra Branca - 1989.

Quanto o acesso ao crédito, este torna-se praticamente impossível aos pequenos produtores rurais, pois além da burocracia das instituições de crédito, este não possui nenhuma condição material de garantia. Por outro lado, a situação dos pequenos proprietários não difere muito daquelas dos pequenos produtores sem terra, pois mesmo detendo a propriedade privada da terra, as dificuldades que encontra para cultivar a terra não são menores que as de seus companheiros menos afortunados. Os estabelecimentos bancários dificilmente lhes concedem crédito e, quando lá consegue chegar, após várias viagens e exigências as mais descabidas para a situação de um pequeno produtor, lhes é concedido um financiamento fora do tempo, de curto prazo e juros exorbitantes⁽²⁵⁾. Uma grande maioria desses pequenos proprietários de terra afirmam, na época da pesquisa, que nunca conseguiram o crédito institucional.

O crédito obtido pelos pequenos produtores são de atravessadores ou intermediários, ou seja, recebe um financiamento sob condições espoliativas de juros e ainda com a obrigação da venda da produção pelo preço do dia, isto é, "a venda ou compra na folha".

(25) Conforme informações dos pequenos produtores, e taxa de juros média anual gira em torno dos 30%.

TABELA 13 - Participação Relativa do Salário no Meio Rural do Município de Serra Branca em Relação ao Salário Mínimo Nacional Durante o ano de 1989.

Salários Meses	Piso Nacional de Salário (PNS)	Salário na Zona Ru- ral de Serra Bran- ca	Salário E./Sa- lário Mínimo %
Janeiro	54,374,00*	40.000,00	73,5
Fevereiro	63,00	40,00	63,4
Março	63,00	40,00	63,4
Abril	63,00	50,00	79,3
Maiο	81,40	60,00	74,9
Junho	81,40	60,00	74,9
Julho	149,80	60,00	40,0
Agosto	192,88	100,00	51,8
Setembro	249,49	100,00	40,0
Outubro	381,73	150,00	39,2
Novembro	557,33	200,00	36,0
Dezembro	788,18	300,00	38,0

FONTE: Pesquisa junto ao Ministério do Trabalho - Campina Grande PB., e Pesquisa direta de campo, o que possibilitou-nos fazer essa estimativa para o salário rural **

GRÁFICO 2 - Participação do Salário Rural no Salário Mínimo Nacional em 1989.

* Representação utilizada antes do Plano Verão (16 de fevereiro de 1989).

** A estimativa para obtermos esses níveis de salário no meio rural do caso em estudo foram feitas com base no salário ganho por dia do trabalho

Quanto aos serviços médicos, embora uma certa parte das famílias entrevistadas não tenha acesso a qualquer assistência médica ou proteção previdenciária a maioria consegue ser atendida pelo INAMPS, ou Posto Médico mantido pelo Estado ou pela Prefeitura Municipal. Isso, contudo, não assegura a recuperação ou manutenção da saúde, pois além das dificuldades ou impossibilidades de compra dos medicamentos necessários, as famílias dos pequenos produtores rurais, dado o seu estado miserável, convive com uma elevada carência alimentar, o que torna o organismo mais vulnerável as doenças. O resultado da pesquisa no que tange ao auto-consumo familiar apontam que 80% das famílias entrevistadas alimentam-se extremamente mal, no sentido de que existe uma elevada escassez alimentar dessa população, dado o baixo nível de renda, pois esta é insuficiente para suprir as necessidades de consumo com alimentação. O resultado daí decorrente se expressa no alto grau de desnutrição ou subnutrição e conseqüentemente à morte, ou seja, a carência de alimentos verificada nas classes dos pequenos produtores rurais em estudo é uma dimensão importante que reflete a baixa qualidade de vida e a miséria em que vegeta esses trabalhadores. O impacto da desnutrição é mais acentuado, e com conseqüências mais sérias nas mulheres grávidas e nas crianças, já que na maioria das vezes a subnutrição leva as crianças à morte nos primeiros dias de vida. Os dados da Tabela 14, expressam as altas taxas de mortalidade, inclusive abortos nas famílias dos pequenos produtores rurais que vivem em miseráveis condições humanas de vida.

TABELA 14 - Mortalidade Infantil por Categorias dos Pequenos Produtores Rurais da Amostra Pesquisada.

Categorias	Proprietários parceiros		Proprietários Não parceiros		Trabalhadores Sem terra	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nº de Mortes						
Abortos	15	38,5	11	55,0	10	32,3
Após o Nascimento	24	61,5	09	45,0	33	76,7

FONTE: Entrevista diretas de Campo.

Apesar de não dispormos de dados oficiais que pudessem revelar o nível de mortalidade de forma mais expressiva, os dados que conseguimos levantar a esse respeito não deixam margem para dúvida das altas taxas de mortalidade no campo em específico nas famílias dos pequenos produtores rurais, onde das 38 famílias de pequenos produtores entrevistados, constatou-se a ocorrência de 103 mortes, sendo 36 abortos e 66 após o nascimento, sobretudo, de criança de até cinco anos de idade. Convém ainda assinalar que o número de mortes, conforme mostra a Tabela acima, se encontram na categoria dos trabalhadores sem terra, Isto revela a importância da posse da terra na área em estudo como elemento de determinação do padrão de vida do trabalhador rural.

Não são muito melhores as condições concernente à educação, ou seja, uma das consequências do baixíssimo nível de vi

da dos produtores rurais se reflete também no grau de alfabetização, pois os dados de campo revelam que a maioria dos chefes de famílias são analfabetos, em alguns casos apenas sabem assinar o nome. A situação das esposas difere um pouco, pois uma boa parte delas possuem o curso primário.

Por outro lado, um dado que merece atenção é o alto nível absoluto de analfabetismo dentre os filhos dos pequenos produtores rurais, pois dificilmente o trabalhador rural consegue enviar seus filhos à escola, e quando o faz pode mantê-los estudando por um ou dois anos e raramente consegue concluir o curso primário. Os dados de campo revelam que dentre um total de 159 filhos com idade compreendida de 5 a 20 anos, no conjunto das 38 famílias de pequenos produtores entrevistados, apenas 90 frequentavam a escola.

TABELA 15 - Grau de Analfabetismo dos Filhos dos Pequenos Produtores Rurais Entrevistados.

CATEGORIAS	Nº De Filhos Totais	Nº de Filhos que Estudam	Participação Relativa	
			No Total %	Nos que Estudam %
Trabalhadores				
Sem terra	59	14	37,1	28,0
Proprietários				
Parceiros	72	24	45,2	48,0
Proprietários				
Não Parceiros	28	12	17,6	24,0
TOTAL	159	50	100,0	100,0

FONTE: Pesquisa Direta de Campo.

O que se observa é que a indicação do índice de analfabetismo e falta de instrução do trabalhador rural leva a crer que o destino de um filho de um trabalhador sem terra é ser outro trabalhador sem terra, e assim perpetua-se o analfabetismo e as miseráveis condições de vida entre as gerações futuras.

A pobreza rural do caso em estudo se expressa ainda nas condições habitacionais: das 40 residências dos pequenos e médios proprietários apenas 5 possuíam energia elétrica, a situação é bastante diferente nas grandes fazendas, pois todas as grandes fazendas por nós visitadas, durante a pesquisa, possuíam eletrificação. Os serviços de água também apresentaram extrema deficiência, pois nas residências dos pequenos proprietários não se encontram água encanada em nenhuma delas, o que não ocorre nas grandes fazendas, pois a sua maioria tem acesso a água saneada. No que tange a existência de sanitários a situação não era melhor, apenas 10 casas possuíam esse benefício, ou seja, 73,3% não dispunha de sanitários. Quanto a existência de banheiros, apenas 17 das 38 residências dos pequenos produtores rurais dispõe de banhos. Evidencia-se portanto, que os elementos sumamente importantes nas condições de higiene e saúde não se encontram presentes nas habitações dos trabalhadores rurais no caso em estudo, o que não deixa de ser uma característica de toda a zona rural do País. Ver a Tabela 16 concernente ao saneamento básico nas residências rurais.

TABELA 16 - Infraestrutura e Saneamento Básicos nas Residências dos Produtores Rurais por Categoria.

INFRAESTRUTURA	Energia	Água Saneada	Sanitários	Banheiros
CATEGORIAS	Nº	Nº	Nº	Nº
Trabalhadores				
Sem terra	01	-	03	04
Pequenos Proprietários	06	-	07	13
Médios proprietários	-	-	-	01
Grandes Proprietários	05	03	07	07

FONTE: Dados Obtidos a Partir do Trabalho de Campo.

Esta enorme discrepância entre a situação de infraestrutura entre as habitações de médios e pequenos proprietários em relação as grandes propriedades reflete a grande desigualdade existente nos níveis de renda dessas classes, constituindo assim num elemento de indicação do grau de pobreza e miséria da população rural da região.

Procuramos observar ainda através do trabalho de campo a existência de bens de consumo duráveis como geladeira, fogão a gás, aparelho de televisão e outros bens comuns nas residências da maioria da população urbana, embora seja conveniente assinalar que nosso estudo sobre condições de vida não se pauta pela e

xistência ou acesso a tais bens, visto que a existência destes é verificada até nas camadas mais baixas da sociedade. Para a nossa análise a dificuldade de acesso a tais bens pela classe dos pequenos produtores rurais em estudo é apenas mais um elemento que se soma aos assinalados anteriormente estabelecendo o quadro real de pobreza e miserabilidade dos trabalhadores rurais.

CONCLUSÃO

A comprovação de que a estrutura agrária no município de Serra Branca é tão concentrada quanto a da zona Semi-Árida em seu conjunto constitui uma conclusão essencial da presente investigação. A análise dos dados dos Censos Agropecuários de 1975 e 1980 indica que os grandes estabelecimentos (com área superior a 500 hectares), dominam 33,36% em 1975, passando a dominar 37,9% da área total ocupada no ano de 1980. Os nossos dados de campo (1989) revelam uma situação ainda mais perversa, verifica-se pois, no caso em estudo, a existência de propriedades com área superior a 10 mil hectares. Por outro lado tem um elevado número de pequenos estabelecimentos, chegando a constituir 86,84%, em 1980, do total dos estabelecimentos. Em contrapartida ocupam tão somente 27,1% da área total. Esse elevado número de pequenos estabelecimentos, no município, onde na sua maioria são minifúndios de área inferior a 50 ha, constitui sem dúvida uma condição para a aceleração do grau de pobreza e proletarização dos trabalhadores rurais na proporção em que estes pequenos proprietários ou minifundistas não conseguem se reproduzir ou manter sua subsistência e da sua família na limitada e exígua área em que se encontra encurralados, tendo dessa forma que alugar seus braços fora de sua propriedade como forma de assegurar um miserável padrão de vida, ou seja, tendo que conviver com degradante situação de saúde, educação, moradia, bem como com ausência de outros elementos essencialmente indispensáveis a sobrevivência humana. Nesse sentido os trabalhadores rurais vivem em condições sub-humanas de vida, conforme evidencia a análise dos dados sobre as condições de vida detalhada no capítulo 4.

Após nossa investigação podemos afirmar que a situ

ação de deteriorização das condições humanas de vida do trabalhador rural no caso em estudo é amplamente determinada pela selvagem estrutura fundiária na qual predomina os grandes latifúndios, visto que a estrutura agrária dominante no município assegura a recriação de formas pretéritas de renda da terra, baseada em relações atrasadas de produção que garante a exploração ou apropriação do excedente produzido pelo trabalhador rural, o qual se encontra completamente ou parcialmente desmunido do fundamental meio de produção agrícola. Sendo assim, a acentuada concentração da propriedade privada da terra a nível particular, impõe ao trabalhador rural relações de produções não só desfavoráveis, como extremamente injustas, refletindo-se assim nas suas condições materiais de vida, ou seja, o limitado acesso à terra pelos pequenos produtores rurais os levam a viver no limite extremo da pobreza absoluta.

Pode-se assinalar ainda que o processo de concentração da propriedade fundiária tende a se agravar sobretudo nos períodos de estiagens prolongadas na medida em que os pequenos proprietários são levados a desfazerem-se de suas terras para enfrentar o processo migratório, ou seja nos períodos de seca, a falta de condições materiais de subsistência contribui sobremaneira para que os pequenos proprietários sejam forçados a "venderem" suas terras aos tradicionais compradores dessa mercadoria, isto é, os grandes fazendeiros. Um outro fato que tem contribuído para a ampliação da concentração fundiária e por conseguinte para o agravamento das condições de vida do trabalho rural, se encontra consubstanciado na própria forma em que o Estado, enquanto ator social, vem operando, ou seja os benefícios proporcionados pelo Estado aos grandes proprietários via políticas de créditos subsidiados ou a fundo perdido como os que se destinaram ao Reflorestamento das grandes fazendas e que no entanto eram utilizados para outros fins, isto é, são na

maioria das vezes utilizados pelos grandes proprietários para ampliar suas áreas, e nesse sentido o comportamento adotado pelo Estado em relação ao município em estudo, tem contribuído para viabilizar o processo de concentração da terra e de rendas em benefício de uma minoria de grandes proprietários. Em contrapartida, tem-se verificado uma eliminação de pequenos proprietários encurralados pelos latifúndios. Encontramos, durante a pesquisa alguns trabalhadores que antes eram pequenos proprietários e hoje se encontram como mão-de-obra temporária nas grandes propriedades. Verificamos que as propriedades beneficiadas com os recursos obtidos a fundo perdido tem ampliado as suas áreas de maneira significativa em alguns casos: as grandes propriedades tem elevado a área em até mais de 1.000 hectares desde os fins da década de 1970 até o ano de 1985, através da compra de pequenas e até médias propriedades, coincidindo com o período em que houve uma forte canalização de recursos do Estado a propósito da Política de Reloestamento implementadas nas grandes propriedades.

Mesmo as políticas assistenciais dirigidas aos trabalhadores flagelados em períodos de estiagens prolongadas, são implementadas em proveito dos latifundiários: as fontes de trabalho constroem açudes nas grandes fazendas, em troca do compromisso social, dificilmente reclamado.

Quanto ao problema da seca, considerá-la como fator fundamental na determinação do processo de empobrecimento e portanto das miseráveis condições de vida no meio rural, conforme tem pronunciado o discursos político, isto ao nível desse estudo constitui na verdade uma quimera, uma ilusória fantasia. A seca só faz revelar a fragilidade dos pequenos produtores rurais, ou seja, ela tão somente põe a nu a pobreza que se encontra latente durante

um período em que os trabalhadores rurais conseguem apenas comer as sobras daquilo que eles produziram e não foi expropriado pelos que detêm o controle dos meios de produção - a terra. A escassez de recursos nas mãos dos pequenos produtores, ou seja a falta de condições materiais impossibilita a utilização de uma tecnologia adequada às condições da distribuição peculiares da região e se manifestam nos períodos de seca como reflexo da distribuição desigual da propriedade da terra e da renda que tende a se ampliar em função das políticas implementadas pelo Estado, provocando assim o agravamento da situação de pauperização do trabalhador rural.

Em síntese, devemos deixar claro que a pobreza ou miséria da classe trabalhadora ao nível de nosso objeto de estudo, não depende das secas e sim de uma estrutura sócio-econômica injusta que expropria do homem os frutos de seu trabalho, através de relações de produção onde o trabalhador rural é apenas um instrumento de trabalho sendo obrigado a conviver com um nível de pobreza absoluta e de extrema miséria, ou seja, situações tão cruéis e vergonhosas quanto as verificadas no conjunto da região Semi-Árida. Essa situação reclama uma solução imediata, ou seja, para atenuar ou reduzir o nível de pobreza no município em questão, bem como em toda zona Semi-Árida onde a concentração fundiária é marcante, é mister que o Estado opere no sentido de promover uma alteração dessa estrutura agrária perversa, garantindo acesso a terra além do oferecimento de condições necessária à exploração das atividades agrícolas. Portanto a miséria da classe trabalhadora rural só será sanada quando o Estado mudar os destinos de sua política que está sempre voltada para atender aos interesses de grandes proprietários com bastante influências nas decisões da política nacional. Uma reforma agrária ampla e "massiva", dando condições de trabalho digno a todos os trabalhadores que se encontram marginalizados.

É necessário portanto, que a própria classe trabalhadora tenha consciência dos seus erros e exija dos homens o respeito aos direitos humanos, a seriedade na condução da coisa pública e o empenho através da organização social e econômica do trabalhador rural e de toda a sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- 1 - ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste, São Paulo, Editora Atlas, 1986.
- 2 - CARVALHO, Otamar de. A Economia Política do Nordeste. Secas, Irrigação e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1988.
- 3 - CARVALHO, Inaia Maria Moreira de. O Nordeste e o Regime Autoritário, São Paulo, Editora Hucitec, 1987.
- 4 - _____. Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro, São Paulo, Brasília, Editora Hucitec, 1984.
- 5 - CASTRO, Ramiõn Peña. A Política de Reflorestamento no Semi-Árido Paraibano. in: Raízes Nº 4-5, 1985.
- 6 - COELHO, Jorge. As Secas no Nordeste e a Indústria das Secas, 1976.
- 7 - DUQUÊ, Gislaine. O Processo de Mudança Sócio-Econômica do Cariri Paraibano. in: Raízes nº 4-5, 1985.
- 8 - DUQUÊ, José Guimarães. O Nordeste e as Lavouras Xerófilas, Fortaleza, BNB, 1964, p. 338.
- 9 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-FIBGE. Censo Agropecuário, Paraíba. Volume III, Tomo IX, 1970.

- 10 - _____ Censo Agropecuário, Paraíba, Volume II, 1975.
- 11 - _____ Censo Agropecuário, Paraíba. Volume II, Tomo III ,
1980.
- 12 - _____ Sinopse do Censo Agropecuário, Paraíba, Volume IV ,
1985.
- 13 - GUEDES, Claudete Coelho. A Política de Reflorestamento na Para
íba: Dissertação apresentada ao Mestrado de Economia Rural
da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, 1984.
- 14 - PRADO JÚNIOR, Celo. A Questão Agrária no Brasil. in: Contribui
ção para Análise da Questão Agrária no Brasil, São Paulo, E
ditora Brasiliense, 1981.
- 15 - OLIVEIRA, Francisco de. Elergia para uma Re(li)gião, Rio de
Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 16 - SILVA, José Graziano da. O que é Questão Agrária, São Paulo ,
Editora Brasiliense, 1987.
- 17 - SOARES, Gláucio Ary Dillon. A Questão Agrária na América Lati-
na, Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1976.
- 18 - SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasilei
ra, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- 19 - TAVARES, José F. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Rio
de Janeiro, 1980, p. 273.

20 - VINHAS, Moisés. A Terra, o Homem, as Reformas, Rio de Janeiro, Editora Graal Ltda, 1980.

A N E X O S

I - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES RURAIS

A - IDENTIFICAÇÃO:

01- Nome Completo..... Idade.....

02- Comunidade em que reside.....

03- Distância da sede..... Km

04- Atividade principal.....

05- Possui outra atividade econômica?

1. sim () 2. não ()

06- Que atividade?.....

07- O Sr. pertence a alguma associação de classe?

1. sim () 2. não ()

08- Qual? 1. Sindicato () 2. Associação ()

09- O Sr. pertence a alguma cooperativa?

1. sim () 2. não ()

10- Qual o nome?.....

11- O Sr. aqui na região é:

1. Arrendatário
2. Morador
3. Pequeno proprietário
4. Médio proprietário
5. Meeiro
6. Parceiro

12- De acordo com período que trabalha fora da sua propriedade o Sr. é mais pequeno proprietário ou assalariado?

1. Pequeno proprietário
2. Assalariado

B - CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSALARIADO RURAL:

13- Em que atividade econômica o Sr. trabalha como assalariado?

1. Pecuária
2. Culturas permanentes
3. Culturas temporárias
4. Outro.

Especifique.....

14- Onde o Sr. comumente encontra trabalho como assalariado?

1. Pequena propriedade
2. Média propriedade
3. Grande propriedade

15- Como se dar a forma de contrato?

1. Contrato verbal
2. Contrato assinado
3. Carteira assinada

16- O Sr. costuma trabalhar por:

1. Tarefa
2. Empreitada
3. Tempo (dia, semana, mês)

17- O Sr. trabalha quantos meses em médios por ano como assalariado?

Nº _____

18. Quando o Sr. trabalha por produção paga a alguém para ajudá-lo?

1. sim () 2. não ()

19- A quem paga?

1. Pessoas da família
2. Pessoas fora da família

20- Quantas horas o Sr. trabalha em média por dia?

Nº _____ hs.

21- Quantos dias trabalha em média por semana?

Nº _____ hs.

22- Qual o salário ganho na última vez que encontrou trabalho?

NCZ\$ _____

23 Em que atividade estava trabalhando?.....

24- Como estava trabalhando?

1. Dia
2. Semana
3. Produção
4. Mês
5. Tarefa
6. Outro.

Especifique:.....

25- Em 1989, qual foi o maior salário ganho?

NCZ\$ _____

26- Em que mês?.....

27- Em que atividade estava trabalhando quando recebeu este salário?

.....

28- Qual o menor salário ganho em 1989?

NCZ\$ _____

29- Em que mês recebeu o menor salário?.....

30- Que atividade desenvolvia?.....

31- Como se dar a forma de pagamento?

1. Em dinheiro?
2. Em cheque
3. Vale
4. Mercadoria (espécie)

5. Outro.

Especifique:.....

32- O empregador, patrão ou fazendeiro fornece algum tipo de assistência?

- 1. sim ()
- 2. não ()

33- O Sr. sempre encontra trabalho quando necessita?

- 1. sim ()
- 2. não ()

34- Em caso negativo o que o Sr. faz?

- 1. Vende animal
- 2. Compra fiado e espera conseguir trabalho
- 3. Toma dinheiro emprestado
- 4. Os familiares ajudam
- 5. Outros.

Especifique:.....

C - PROPRIEDADE:

35- O Sr, possui terra?

- 1. sim ()
- 2. não ()

36- Em caso negativo, já possuiu?

- 1. sim ()
- 2. não ()

37- Em caso afirmativo, porque vendeu?

- 1. Pagar dívidas em bancos
- 2. Seca
- 3. Investir em outra atividade (caderneta de poupança)
- 4. Outros.

Especifique:.....

38- Em que ano vendeu?

Ano _____

49- Qual a área cultivada na sua propriedade?

_____ ha

50- Qual a área de boa qualidade?

_____ ha (Baixios, várzeas)

51- Qual o potencial de água existente na propriedade?.....

.....

52- O Sr. conhece quais são os problemas que a terra tem?

1. sim () 2. não ()

53- Quais os problemas?

1. Tabuleiros

2. Erosão

3. Formigueiros

4. Outros.

Especifique:.....

54- Além dessa propriedade o Sr. possui outra(s)?

1. sim () 2. não ()

55- Quantas?

Nº _____

56- Qual a área total possuída?

_____ ha

57- O Sr. cultiva terra fora da sua propriedade?

1. sim () 2. não ()

58- Em que condições o Sr. explora essas terras?

1. Arrendadas

2. Parceria

3. Cedidas

4. Devolutas

5. Outras.

Especifique:.....

D - PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM 1989:

59- O Sr. produziu algum cereal em 1989?

1. sim () 2. não ()

60- O que produziu?

Tipos de Culturas	Produção anual	Área ha.	Destino da produção	
			Venda	Consumo

61- O Sr. vendeu produtos agrícolas em 1989?

1. sim () 2. não ()

62- A colheita em 1989, foi:

1. Muito boa
2. Boa
3. Regular
4. Ruim

63- Qual foi o melhor ano de renda?

Ano: _____

64- O Sr. tem silos suficiente para armazenagem da produção agrícola?

1. sim () 2. não ()

65- Quantos possui?

Nº _____

E - COMERCIALIZAÇÃO:

66- Como o Sr, decide a venda dos seus produtos?

1. Por conta própria
2. Por contrato ou acerto

67- O Sr. tem meios de transporte próprios para seus produtos?

1. sim ()
2. não ()

68- Normalmente para quem o Sr. vende seus produtos?

1. Cooperativa
2. Comerciante onde abastecer-se
3. Comerciante de fora
4. Intermediários locais

F - CRÉDITO OU FINANCIAMENTO:

69- O Sr, normalmente consegue crédito?

1. sim ()
2. não ()

70- Se a resposta for negativa porque?.....
.....

71- Qual a dificuldade que o inviabiliza na obtenção de crédito?

1. Não dispõe de aval
2. Teme perder a terra
3. Não conhece o sistema de crédito
4. Os juros são elevados
5. Falta de condições reais
6. Outro.

Especifique:.....

72- Onde consegue crédito?

1. Banco
2. Cooperativa

3. Comerciantes

4. Outros.

Especifique:.....

73- Quanto pagou de juros na última vez que obteve crédito?

NCZ\$ _____

G - MÃO-DE-OBRA:

74- Qual o potencial de empregado em média por ano?

Nº _____

75- Quantas pessoas da família trabalha com o Sr. normalmente?

Nº _____

76- Quanto o serviço aumenta o Sr. contrata trabalhadores além dos membros da família?

77- Em 1989 o Sr. precisou de trabalhadores além dos membros da família?

1. sim () 2. não ()

78- Para que atividades? (três atividades):.....

.....

79- Qual o salário pago?

NCZ\$ _____

80- Quantos dos trabalhadores tem um roçado próprio?

Nº _____

H - ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO:

81- Quais são seus instrumentos de trabalho?

1. Enxada

2. Arado animal

3. Instrumentos de tração mecânica

4. Outro

Especifique:.....

82- Os equipamentos são:

1. Próprios
2. CÔ-propriedades
3. Alugados

83- Grau de mecanização:

1. Tração animal
2. Tração mecânica

84- O Sr. utiliza adubos?

1. sim () 2. não ()

85- Que tipos de adubos o Sr. utiliza?

1. Adubos químicos
2. Adubos naturais

86- O Sr. utiliza produtos químicos?

1. sim () 2. não ()

87- Que produtos químicos o Sr. utiliza?

1. Fungidas
2. Pesticidas
3. Herbicidas

88- O Sr. utiliza sementes selecionadas?

1. sim () 2. não ()

89- Onde consegue?.....

I - ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

90- O Sr. recebe alguma orientação agrícola?

1. sim () 2. não ()

91- De que órgão?

1. EMATER

2. CIDAGRO

3. Outro.

Especifique:.....

92- O que costuma fazer um técnico agrícola na sua lavoura?.....
.....

93- O Sr. acha que o técnico:

1. Ajudou muito

2. Ajudou pouco

3. Não ajudou

4. Só atrapalhou

94- No ano de 1989 teve problemas especiais que dificultasse a produção?

1. sim () 2. não ()

95- Quais foram?.....

J - PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA AGRICULTURA DA REGIÃO:

96- O Governo tem feito alguma coisa para os pequenos produtores da região?

1. sim () 2. não ()

97- O que tem feito?.....

98- O que o Governo deveria fazer para melhorar a situação dos pequenos produtores da região?.....
.....

99- O Sr. foi beneficiado com algum projeto de políticas agrícolas?

1. sim () 2. não ()

100- Qual?

1. POLONORDESTE

2. PROJETO SERTANEJO

3. PROTERRA

4. Outro.

Especifique:.....

K - PRODUÇÃO ANIMAL:

101- O Sr. possui algum tipo de criação nesta propriedade?

1. sim () 2. não ()

102- Que tipos de animais?

Tipos de criação	número	Destino da produção	
		Consumo	Venda

L - MOVIMENTO MIGRATÓRIO:

103- Há quanto tempo mora nesta propriedade?

_____ anos

104- Há quanto tempo mora no Estado da Paraíba?

_____ anos

105- Já deixou o lugar onde mora alguma vez?

1. sim () 2. não ()

106- Quantas vezes?

Nº _____

107- Qual o motivo?.....

108- Qual o destino?.....

109- Quantos membros da família saíram para trabalhar em outros lugares nos últimos dez anos?

Nº _____

110- Qual o caráter da migração?

1. Definitivo
2. Temporário

M - MORTALIDADE INFANTIL:

111- Quantos filhos teve o casal?

Nº _____

112- Quantos nasceram mortos?

Nº _____

113- Quantos morreram após o nascimento?

Nº _____

114- Idades com que morreram?

Idades:.....

115- Causa-Mortis:.....

N - SAÚDE:

116- Quando alguém da família fica doente a quem procura?

1. Médico
2. Farmacêutico
3. Atendimento pago
4. Benzedeira
5. Chá caseiro
6. Outro.

Especifique:.....

117- Onde a família obtém assistência médica?

1. INAMPS
2. Sindicato
3. FUNRURAL
4. Posto de Saúde Municipal

5. Outros.

Especifique:.....

118- Como são conseguidos os medicamentos?

1. Compra
2. Gratuitamente
3. Outros.

Especifique:.....

119- A família tem assistência odontológica?

1. sim ()
2. não ()

120- Onde a família obtém assistência odontológica?

1. INAMPS
2. Posto de Saúde Municipal
3. Sindicato
4. FUNRURAL
5. Outro.

Especifique:.....

0 - EDUCAÇÃO:

121- Qual o nível de escolaridade do chefe?

1. Analfabeto
2. Alfabetizado
3. Mobral
4. Primário
5. Ginásial
6. Científico

122- Qual o nível de escolaridade da esposa?

1. Analfabeta
2. Alfabetizada
3. Mobral

- 4. Primário
- 5. Ginásial
- 6. Científico

123- Os filhos estudam?

- 1. sim ()
- 2. não ()

124- Quantos estudam?

Nº _____

125- Em que escola?

- 1. Pública
- 2. Privada

126- Qual o grau de escolaridade dos filhos?

Primário _____, Ginásio _____; 2º Grau _____

P - ALIMENTAÇÃO:

Produtos consumidos por semana	Quantidade	
	Produzidas	Compradas

127- A família sente-se satisfeita com essa alimentação?

- 1. sim ()
- 2. não ()

128- Acha que deveria melhorar:

- 1. A Qualidade
- 2. Quantidade
- 3. Ambas

129- Normalmente, quando são feitas as compras para casa?

1. Diariamente
2. Semanalmente
3. Quinzenalmente
4. Mensalmente
5. Não tem período normal

130- Qual foi a importância para na última compra da mercearia?

NCZ\$ _____

131- Habitualmente a família compra:

1. À vista
2. Fiado

132- Porque compra à vista?

1. Não consegue crédito
2. É mais barato
3. Receia não poder pagar
4. Outro.

Especifique:.....

133- Porque compra fiado?.....

134- Como é paga a conta na mercearia?

1. Paga como pode
2. Para a conta e faz outra
3. Dificilmente consegue pagar tudo

135- Normalmente a conta na mercearia é paga no prazo estipulado?

1. sim ()
2. não ()

Q - BENS DE CONSUMO DURÁVEIS QUE A FAMÍLIA POSSUI:

136- 1. fogão à gás, 2. fogão a carvão, 3. fogão à lenha, 4. rádio,
5. televisão, 6. liquidificador, 7. radiola, 8. geladeira.

137- A família possui que meios de transporte?

1. Bicicleta

2. Animal.
3. Jeep
4. Caminhão
5. automóveis

138- A casa é própria?

1. sim () 2. não ()

139- A casa é de que tipo?

1. Alvenaria
2. Taipa
3. Madeira

140- A cobertura é:

1. De palha
2. De telha
3. De zinco

141- O piso é:

1. Revestido com cimento
2. Apenas tijolo
3. Barro

142- De acordo com a composição física, a casa possui:

1. Sala
2. Quartos
3. Cozinha
4. Banheiro

143- A casa possui energia elétrica?

1. sim () 2. não ()

144- O abastecimento d'água é:

1. Rede pública
2. Cisterna
3. Poço artesiano
4. Outro.

Especifique:.....

145- Instalações sanitárias existentes no domicílio:

1. Vaso sanitário
2. Privada externa
3. Sanitário improvisado

146- O Sr, acha que seu nível de vida aqui nesta comunidade é:

1. Bom
2. Regular
3. Baixo
4. Muito baixo

NOME DO ENTREVISTADO:.....

COMUNIDADE:.....

DATA:/...../.....

QUESTIONÁRIO APLICADO A GRANDE PROPRIEDADE

A - IDENTIFICAÇÃO:

1 - Nome completo..... Idade.....

2 - Localização ou nome da Fazenda.....

3 - Distância da sede..... Km

4 - Atividade econômica principal.....

5 - O Sr. possui outra atividade?

1. sim () 2. não ()

6 - O Sr. pertence a alguma associação de classe?

1. sim () 2. não ()

7- Qual o nome?

1. Sindicato

2. Associação

3. Cooperativa

B - PROPRIEDADE:

8 - Há quanto tempo o Sr. possui esta propriedade? anos

9 - Essa propriedade foi adquirida através de:

1. Compra

2. Herança

3. Outro.

Especifique:.....

10- Qual a área possuída?..... ha

11- O Sr. possui outra (s) propriedade (s)?

1. sim () 2. não ()

12- Quantas propriedades comprou nos últimos vinte anos?.....

13- Qual a área total possuída em todos seus estabelecimentos?..... ha

14- O proprietário cultiva culturas comerciais?

1. sim () 2. não ()

15- Qual a área ocupada por produção forrageira?..... ha

16- Qual a área ocupada por culturas comerciais?..... ha

17- Existe parceiro na sua propriedade?

1. sim () 2. não ()

18- Qual a área ocupada por parceria?..... ha

19- Na propriedade existe irrigação?

1. sim () 2. não ()

20- Qual a área ocupada por irrigação?..... ha

C - PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM 1989:

21- Produziu alguma coisa em 1989?

1. sim () 2. não

22- O que produziu?

1. Milho
2. Feijão
3. Algodão
4. Outras culturas

23- A produção se destina:

1. Ao consumo da propriedade
2. À venda
3. A ambos

24- Como se deu a venda:

1. Por conta própria
2. Por contrato

25- O transporte se deu:

1. Por conta própria
2. O comprador pagou o transporte

26- Quanto obteve com a venda dos produtos? NCZ\$.....

27- O Sr. normalmente consegue crédito para produto?

1. sim () 2. não ()

28- Conseguiu em 1989?

1. sim () 2. não ()

29- Qual o montante financiado? NCZ\$.....

30- Qual o juro pago em média por ano?.....

D - PRODUÇÃO ANIMAL:

31- O Sr. possui algum tipo de criação nessa propriedade

1. sim () 2. não ()

32.

Tipo de criação	raça	número
1.		
2.		
3.		
4.		

33- O Sr. vendeu animais em 1989?

1. sim () 2. não ()

34- Qual a renda obtida com a venda? NCZ\$.....

35- Na propriedade existe silos para forragem?

1. sim () 2. não ()

36- Como o gado é alimentado no período de estiagem?

1. Solta nos roçados
2. Usa alimentos concentrados
3. Outros.

Especifique:.....

37- O Sr, utiliza regularmente alimentos concentrados?

1. sim () 2. não () 3. não conhece ()

38- O Sr. apela para o serviço de um veterinário:

1. Sistemáticamente
2. Quando um animal está doente
3. Não conhece
4. Nunca

H - MÃO-DE-OBRA:

39- O Sr. possui moradores na sua propriedade?

1. sim ()
2. não ()

40- Quantos moradores possui?

Nº

41- Qual foi o maior número de moradores que já possuiu?

Nº.....

42- Porque reduziu esse número?.....

43- Qual o potencial médio de mão-de-obra empregado anualmente?

44- A mão-de-obra constitui principalmente de:

1. Moradores
2. Vizinhos
3. Ex-proprietários
4. Outros

45- Quantos trabalhadores estão ligados a atividade pecuária?

46- Quantos estão ligados a atividades agrícolas?

(OBS: não considerar parceiros)

48- Quantos estão ligados a atividades de manutenção da fazenda?

(cercas, limpeza em geral, etc.)

49- Qual a atividade principal da propriedade?

1. Agricultura
2. Pecuária

50- Como se dá a forma de contrato:

1. Carteira assinada

2. Contrato assinado
3. Contrato verbal

51- Quem administra a propriedade?

1. O proprietário
2. Um administrador
3. Outro

52- Qual o salário pago por um dia de trabalho na propriedade atualmente?.....

53- Quantas horas o trabalhador trabalha em média por dia na propriedade?.....

54- Qual o maior salário pago pelo proprietário? NCZ\$.....

55- Para que atividade?.....

56- Qual o menor salário pago?

NCZ\$.....

57- Para que atividade?.....

F - PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA GRANDE PROPRIEDADE:

58- O Governo tem feito alguma coisa na sua propriedade?

1. sim ()
2. não ()

59- O que tem feito:

1. Barragem
2. Poços artesanais
3. Eletrificação
4. Estradas
5. Outros

60- O Sr. foi beneficiado com algum projeto de desenvolvimento agrícola?

1. sim ()
2. não ()

61- Que órgão financiou?

1. POLONORDESTE
2. PROJETO SERTANEJO

3. PROTERRA

4. SUDENE

5. DNOCS

6. FINOR

7. Outros

62- O Sr. foi beneficiado com a política de reflorestamento?

1. sim () 2. não ()

63- Qual o montante de recursos ao qual teve acesso?.....

64- Em que condições se deu o financiamento?.....

65- Que órgão promoveu o financiamento?

1. SUDENE

2. FINOR

3. FASET

4. Outros.

G - INFRAESTRUTURA DA GRANDE PROPRIEDADE:

66- Na propriedade existe trator?

1. sim () 2. não ()

67- Existe máquinas forrageiras?

1. sim () 2. não ()

68- Existem caminhões?

1. sim () 2. não ()

69- Existem automóveis?

1. sim () 2. não ()

70- Existem máquinas para desmatamento?

1. sim () 2. não ()

71- Quantas barragens ou açudes existem?

72- A propriedade possui eletrificação?

1. sim () 2. não ()

73- As casas dos moradores possuem energia elétrica?

1. sim () 2. não ()

NOME DO ENTREVISTADO:.....

DATA:...../...../.....

TABELA 4 - NORDESTE: NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL NOS ANOS DE 1950, 1960, 1970 e 1975.

GRUPOS DE ÁREA	1950				1960			
	ESTAB.	%	ÁREA	%	ESTAB.	%	ÁREA	%
Menos de 100 ha	749517	88,8	11675143	20,0	1290827	91,9	16487619	26,2
100 a menos de 500 ha	75472	8,9	15780695	27,0	92567	6,6	18899100	30,0
500 a menos de 1.000 ha	11450	1,4	7866516	13,5	12821	0,9	8645219	13,7
Mais de 1.000 ha	8000	0,9	23019105	39,5	7662	0,6	18956900	30,1
TOTAIS	844510	100,0	58341459	100,0	1409740	100,0	62988838	100,0

GRUPOS DE ÁREA	1970				1975			
	ESTAB.	%	ÁREA	%	ESTAB.	%	ÁREA	%
Menos de 100 ha	2060528	93,9	21950076	29,5	2208964	94,0	22497064	28,6
100 a menos de 500 ha	111988	5,1	22551175	30,4	116369	9,0	23343392	29,7
500 a menos de 1.000 ha	14136	0,6	9547966	12,9	14676	0,6	9879389	12,5
Mais de 1.000 ha	8660	0,4	202447896	27,2	9120	0,4	22969043	29,2
TOTAIS	2206788	100,0	74297113	100,0	2351416	100,0	78688888	100,0

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário, 1975. Rio de Janeiro, Otamar de Carvalho, A Economia Política do Nordeste: Secas, Irrigação e Desenvolvimento, 1988, p.

TABELA 5 - DADOS PERCENTUAIS SOBRE A DISTRIBUIÇÃO FUNDIÁRIA NO CARIRI PARAIBANO - 1970/1985.

ANOS	ÁREA TOTAL (ha)	ESPECIFICAÇÃO DOS EXTRADOS DE ÁREA									
		1 a menos de 10		10 a menos de 100		100 a 1.000		1.000 a 10.000		+ 10.000	
		ESTAB. %	ÁREA %	ESTAB. %	ÁREA %	ESTAB. %	ÁREA %	ESTAB. %	ÁREA %	ESTAB. %	ÁREA %
1970	992.066	60,1	5,6	32,5	25,5	6,7	44,4	0,5	24,3	-	-
1975	1.011.488	67,2	6,1	26,8	24,5	5,4	44,2	0,4	25,0	-	-
1980	1.063.821	56,6	4,8	35,2	24,1	7,3	43,3	0,6	24,8	0,004	2,7
1985	1.102.514	65,2	1,7	28,0	23,3	6,2	46,2	0,4	22,4	0,003	2,2

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários - Paraíba - 1970/1975/1980/1985.

TABELA 3 - DADOS PERCENTUAIS SOBRE A DISTRIBUIÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - 1970/1975/1980/1985.

ANOS	ÁREA TOTAL (ha)	ESPECIFICAÇÃO DOS EXTRATOS DA ÁREA (ha)							
		1 a menos de 10		10 a menos de 100		100 a menos de 1.000		1.000 a 10.000	
		ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA
1970	73.290	42,7	3,1	45,3	22,1	10,4	39,3	1,4	35,3
1975	63.500	61,4	5,9	31,0	21,6	6,9	46,1	0,5	26,3
1980	74.982	25,0	1,9	61,1	25,2	12,5	45,2	1,1	27,5
1985	73.726	47,5	3,3	41,7	23,8	9,9	52,0	0,5	20,6

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários - Paraíba - 1970/1975/1980/1985.

TABELA 6.- DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA POR EXTRATOS DE ÁREA E PARTICIPAÇÃO RELATIVA MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - 1970/1975/1980

Extratos de Área	Nº de Estabelecimentos			Participação Relativa			Área Total por Categoria (ha)			Participação Relativa (%)		
	1970	1975	1980	1970 %	1975 %	1980 %	1970	1975	1980	1970 %	1975 %	1980 %
0 até 10	480	1.067	277	42,7	52,02	23,79	2.291	3.747	1.474	3,12	5,72	1,96
10 até 50	401	788	577	35,6	37,93	47,85	8.827	10.941	11.334	12,04	16,7	15,07
50 até 100	109	76	177	9,6	3,70	15,20	7.438	4.801	7.609	10,14	7,3	10,12
100 até 200	54	56	73	4,8	2,73	6,27	6.864	7.515	9.573	9,36	11,4	12,73
200 até 500	53	58	56	4,7	2,82	4,81	15.079	16.617	16.674	20,57	25,3	22,17
500 até 1000	11	7	11	0,9	0,34	0,94	6.889	5.146	7.887	9,39	7,8	10,49
1000 até 2000	12	6	12	1,0	0,29	1,03	15.462	8.502	17.033	21,09	12,9	22,65
2000 e +	4	3	1	0,3	0,14	0,08	10.440	8.200	3.600	14,24	12,52	4,78
TOTAL	1.124	2.051	1.164	100	100	100	73.290	65.469	75.184	100	100	100
Sub-totais												
0 até 100	990	1.921	1.011	88,0	93,6	86,84	18.556	21.884	20.417	25,3	29,76	27,15
100 até 500	107	114	129	9,5	5,5	12,02	21.943	24.132	26.247	29,9	36,85	34,9
500 e +	27	16	24	1,4	0,7	1,11	32.971	19.498	28.520	44,7	33,36	37,9
TOTAL	1.124	2.051	1.164	100	100	100	73.290	65.469	75.184	100	100	100

FONTE: Censos Agropecuários - IBGE - Paraíba - 1970/1975/1980.

TABELA 10 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR RURAL NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - 1970/1975/1980.

CATEGORIAS	1970		1975		1980		1980/1970 %	
	Área ha	Estabele cimento	Área ha	Estabele cimento	Área ha	Estabele cimento	Área ha	Estabele cimento
Proprietários	76.568	988	60.883	1.249	72.244	1.024	6,9	3,6
Arrendatários	159	6	190	16	338	5	112,5	-1,6
Parceiros	2.911	90	1.023	205	237	18	-91,8	-80,0
Ocupante	2.652	40	1.405	266	2.366	57	10,7	42,5

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários - Paraíba - 1970/1975/1980.

TABELA 11 - PROJETOS DE REFLORESTAMENTO INCENTIVADOS PELO FISET-IBDF/JOÃO PESSOA - 1979/1983

MUNICÍPIOS	PROJETOS APROVADOS		Área Total ha	SITUAÇÃO DOS PROJETOS		IMÓVEIS E ÁREAS DOS MUNICÍPIOS		RELAÇÃO ENTRE AS ÁREAS DE REFLORESTAMENTO E ÁREAS TOTAIS (%)
	Empresas Beneficiadas Nº	Nº		Em Implantação	Implantados	Imóveis Nº	Área Nº	
Cabaceiras	03	01	600	400	200	460	36.531	1,6
Congo	01	01	200	200	-	343	19.314	0,5
Gurjão	08	05	1.300	1.100	200	588	41.383	3,1
São João do Cariri	14	07	2.130	1.530	600	846	83.595	2,5
São José dos Cordeiros	02	02	200	200	-	755	31.108	0,5
Serra Branca	28	11	4.460	3.660	800	1.103	65.051	7,0
Sumé	12	05	2.150	1.550	600	600	57.791	3,7
Taperoá	12	05	1.930	1.930	-	774	62.517	3,0
Pocinhos*	06	03	1.100	800	200	718	54.427	1,8
Desterro	01	01	100	100	-	818	23.878	0,4
TOTAL	87	41**	14.070***	11.470	2.600	7.005	482.595	2,9

FONTE: Ramon Penã Castro. A Política de Reflorestamento no Semi-Árido, Paraibano, In: Raízes, Campina Grande, UFPb. Mestrado em Economia e em Sociologia, Janeiro de 1985, p. 204.

* O município de Pocinhos corresponde a região do Curimataú.

** De fato são 38 empresas pois mesma empresa pode atuar em diferentes municípios. O nº de propriet. 33, pois um mesmo propriet. pode ter mais de uma empresa.

Uma empresa apresenta geralmente mais de um projeto e possui vários imóveis.

*** Cajueiro: 270 ha; algaroba: 13.800 hectares.